



RELATÓRIO DE GESTÃO 2010



Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministra do Meio Ambiente

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Secretário Executivo

Francisco Gaetani

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Rômulo José Fernandes Barreto Mello

Diretora de Planejamento, Administração e Logística

Silvana Canuto Medeiros

Diretor de Unidades de Conservação de Proteção Integral

Ricardo José Soavinski

Diretor de Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Paulo Fernando Maier Souza

Diretor de Conservação da Biodiversidade

Marcelo Marcelino de Oliveira

Organização do material

Flavio Daniel Baran

Bruna Tonani Pereira

Revisão

Lírias de Moura

Projeto gráfico e diagramação

Eduardo Guimarães

Fotografia da capa

Zig Koch / Árvore Sumaúma (*Ceiba pentandra*), família *Bombacaceae*

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010



SIGLAS

Acadebio – Academia Nacional da Biodiversidade
AGU – Advocacia-Geral da União
APA – Área de Proteção Ambiental
Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico
Arpa – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCDRU – Contratos de Concessão de Direito Real de Uso
CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais
CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
CR – Coordenação Regional
Deter – Detecção de Desmatamento em Tempo Real
Encea – Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação
Flona – Floresta Nacional
Funai – Fundação Nacional do Índio
GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente
GDAEM – Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN – Instrução Normativa
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Jica – Agência de Cooperação Internacional do Japão
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MN – Monumento Natural
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
Parna – Parque Nacional
PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PM – Plano de Manejo

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas

PPA – Plano Plurianual

Prodes - Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REB – Relação de Extrativistas Beneficiários

Rebio – Reserva Biológica

Resex – Reserva Extrativista

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS – Refúgio de Vida Silvestre

Sisbio – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

SMI – Sala de Monitoramento e Informações Ambientais

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TI – Terra Indígena

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

SUMÁRIO

Apresentação.....	07
Gestão Socioambiental	09
Populações Tradicionais.....	13
Uso Público e Negócios	19
Consolidação Territorial.....	23
Criação, Planejamento e Avaliação de UC	29
Proteção.....	37
Manejo para Conservação.....	43
Pesquisa e Monitoramento.....	47
Gestão de Compensação Ambiental e Recursos Especiais	55
Gestão de Pessoas	57
Administração e Tecnologia da Informação.....	61
Finanças e Arrecadação	67
Planejamento Operacional e Orçamento	69
Autorização para Licenciamento	73
Supporte Corporativo	75
Comunicação Social.....	77

APRESENTAÇÃO



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

APRESENTAÇÃO

Ao completar em 2010 o seu terceiro ano de criação o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio registra um salto qualitativo e quantitativo de grande significância em suas atividades.

Responsável pela gestão de 310 unidades de conservação federais, o ICMBio desenvolve múltiplas tarefas que vão desde a criação dessas UCs à formação e implementação de seus conselhos consultivos ou deliberativos, entre outros atributos. Em 2010, foram criados 25 conselhos de UCs, perfazendo hoje 188 unidades com conselhos já formados.

O ICMBio também celebra contratos de Concessão de Direito Real de Uso com as comunidades extrativistas. Em 2010 foram celebrados 23 contratos com 21 associações, uma federação e com a líder de uma única família tradicional moradora em uma Floresta Nacional. Esses contratos beneficiam pelo menos 18 mil famílias extrativistas.

Em 2010 foram criadas sete novas unidades de conservação e regularizada a situação fundiária de 34 UCs por meio de Concessão de Direito Real de Uso de Terras Públicas Federais. Houve também avanço significativo na retomada dos processos de indenização de imóveis em UCs, nas doações por conversão de multas e na compensação de reservas legais.

Os 31 parques nacionais e as 29 florestas nacionais abertos à visitação pública receberam mais de 4 milhões de visitantes.

Ao final de 2010, 9 unidades de conservação passaram a contar com planos de manejo, ampliando para 99 o número de UCs contempladas.

Em 2010, 142 novos agentes de fiscalização ambiental foram integrados ao quadro do ICMBio, totalizando 903 fiscais.

Com esse aparato, o ICMBio realizou 219 operações de fiscalização em 125 UCs.

A área de biodiversidade do ICMBio desenvolveu projetos de avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira, tendo sido avaliadas 533 espécies, contra 124 em 2009. Além disso, foram definidas estratégias para conservação das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, por meio dos Planos de Ação Nacionais (PAN).

Na gestão de pessoas, o ICMBio promoveu 123 cursos e 156 processos de capacitação avulsos em 2010, gerando 4.185 vagas para capacitação e 3.882 capacitados, o que constitui um marco para a instituição.

Rômulo Mello
Presidente do ICMBio

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Promove a integração das unidades de conservação e centros nacionais de pesquisa e conservação à sociedade no contexto regional, estadual e nacional, assim como o diálogo e a institucionalização de um conjunto de políticas relacionadas com gestão territorial, conservação e desenvolvimento socioambiental, fundamentada nos princípios da educação ambiental.

A Gestão Socioambiental caracteriza-se como uma área de interface entre diferentes ações e atividades do ICMBio para criação, implementação e gestão das unidades de conservação e dos centros de pesquisa.

Objetivos estratégicos relacionados

- Consolidar os instrumentos de gestão para resposta e prevenção de conflitos com comunidades locais afetadas pela criação de UCs;
- Estimular o uso das UCs e centros como espaços educacionais e de formação para a sociedade e para as instituições de ensino e pesquisa;
- Integrar as ações das UCs às comunidades do seu entorno;
- Dotar as UCs de instrumentos de gestão;
- Envolver a sociedade na conservação da biodiversidade;
- Consolidar a gestão participativa em todos os níveis.

9

Gestão participativa

O objetivo principal da gestão participativa é fomentar as instâncias de intervenção da sociedade civil na tomada de decisão pública no que diz respeito à missão institucional do ICMBio.

Conselhos de unidades de conservação

Os conselhos das unidades de conservação são um importante espaço de participação da sociedade na gestão das UCs. Sua implementação é prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Os conselhos das UCs podem ser consultivos ou deliberativos dependendo da categoria da unidade. Os conselhos de Reservas Extrativista e Reservas de Desenvolvimento Sustentável são deliberativos, ao passo que os conselhos das demais categorias de UC são consultivos.

Atualmente, das 310 unidades de conservação federais, 188 possuem seus conselhos formados. Em 2010, foram criados 25 conselhos de UC, número 50% superior à média de criação dos últimos 10 anos.

Criação de conselhos por categoria de UC

Categoria	Nº de conselhos criados
Área de Proteção Ambiental	1
Estação Ecológica	2
Floresta Nacional	5
Monumento Natural	1
Parque Nacional	7
Refúgio de Vida Silvestre	1
Reserva Biológica	1
Reserva Extrativista	7

Atos normativos e publicações

Em 2010 foi publicada a IN nº 11/2010, que disciplina o processo de formação e funcionamento dos conselhos consultivos de UCs federais. Com a publicação dessa IN, o ICMBio estabelece as diretrizes e procedimentos para formação dos conselhos das UCs, uma vez que em 2007 publicou a IN nº 2/2007, que disciplina o processo de formação e funcionamento dos conselhos deliberativos, possibilitando o avanço no estabelecimento desses importantes espaços de gestão participativa das UCs.

Em 2010 houve também a publicação do livro Conselhos Deliberativos em Resex e RDS da Amazônia: uma experiência de capacitação participativa em processo.

Capacitação externa

Foram realizados, em 2010, 16 cursos de capacitação que envolveram principalmente os conselheiros no âmbito dos conselhos consultivos e deliberativos das unidades de conservação federais. A realização da capacitação dos conselheiros faz parte da estratégia do ICMBio de buscar proporcionar qualidade e efetividade na participação dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisão pública.

Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental - Encea

Em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, foi elaborada a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental, que estabelece princípios, diretrizes, objetivos e propostas de ações necessárias à formulação e execução de políticas públicas, programas e atividades de educação ambiental e comunicação voltadas as unidades de conservação.

Gestão de Conflitos Territoriais

No ano de 2010 o ICMBio avançou no estabelecimento de diretrizes para lidar com questões relativas a conflitos territoriais que perpassam um conjunto de UCs. Por meio da identificação dos conflitos territoriais existentes, foram propostas formas de gestão com o intuito de solucioná-los.

Sobreposição de UCs e territórios quilombolas

Foi realizado o acompanhamento das demandas de destinação de territórios a comunidades quilombolas relacionados a unidades de conservação federais:

- 5 unidades de conservação sobrepostas a demandas quilombolas com manifestação institucional à Câmara de Conciliação da AGU;
- 1 território quilombola proposto na vizinhança de UC de uso sustentável, sem sobreposição;
- 1 acordo de convivência e plano de utilização firmado entre Justiça Federal, Incra e ICMBio.

Sobreposição de UCs com terras indígenas

Foi elaborado um diagnóstico das unidades de conservação federais sobrepostas com a terras indígenas, identificando as sobreposições, populações envolvidas e formas de gestão do conflito em cada unidade.

11

Institucionalização dos conflitos territoriais entre terras indígenas e UCs com o acompanhamento das demandas de demarcação de terras indígenas que podem se sobrepor a unidades de conservação com maior aproximação técnica entre ICMBio e Funai.

Realização de contestação de delimitação de Terra Indígena (TI) sobreposta a UCs de uso sustentável.

Acompanhamento das discussões da PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas.

Foram assinados 2 acordos de convivência e utilização de recursos entre comunidades indígenas e comunidades extrativistas de Resex afetadas por demandas indígenas.

Foram configurados 3 casos de dupla afetação entre UC e TI com planos de gestão participativa integrada.

Elaboração de termos de compromisso com populações tradicionais em UCs

Elaboração e orientação técnica para a configuração de Termo de Compromisso com populações tradicionais afetadas por UCs de proteção integral: 50 famílias assinaram Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com o ICMBio.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Apoiar a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais nas unidades de conservação federais, de acordo com as premissas de cada categoria de UC, focando em estratégias promissoras de produção extrativista e uso sustentável dos recursos naturais, na implementação das políticas públicas universais e específicas, no subsídio à formulação dessas políticas, resultando no fortalecimento do sistema de gestão das UCs e na autonomia dessas populações.

Objetivos estratégicos relacionados

- Conservar e promover as práticas e conhecimentos tradicionais associadas ao uso sustentável da biodiversidade;
- Compatibilizar o desenvolvimento local, regional e nacional com a conservação da biodiversidade;
- Assegurar a proteção e o monitoramento das UCs;
- Desenvolver capacidades para viabilizar o manejo de recursos naturais nas UCs de uso sustentável;
- Garantir o território e promover o desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas UCs de uso sustentável.

13

Produção e uso sustentável

- Como resultados esperados dos esforços despendidos para o apoio a essas iniciativas produtivas têm-se, primordialmente, a promoção de alternativas de geração de renda associadas a um modelo conservacionista de uso dos recursos naturais. Aliado a isso, incentiva-se o resgate de aspectos e práticas culturais que vinham se perdendo com o passar do tempo, assim como a diminuição do êxodo rural e a inclusão de novas frentes de trabalho, viabilizando novas oportunidades, face à necessidade das populações buscarem melhores condições de vida para suas famílias.

Capacitação externa

Foram realizadas atividades de capacitação de comunitários em 7 Reservas Extrativistas, nos seguintes temas:

- Meliponicultura;
- Artesanato de trançado;
- Cipós e sementes;
- Manejo de açaizais nativos;

- Piscicultura;
- Manejo para a produção de açaí;
- Captação de água;
- Marchetaria;
- Contagem do pirarucu;
- Manejo florestal comunitário;
- Cadeia de valor com metodologia *Value Links*.

Foram ainda realizados intercâmbios de iniciativas de manejo florestal comunitário entre moradores das Resex Verde para Sempre, Resex Tapajós Arapiuns e Resex Baixo Juruá.

Implementação de redes de produção e arranjos produtivos

- Implantação de mini-usinas para extração de óleos (babaçu, bacuri e buriti) na Resex Ciriaco e Resex Extremo Norte do Estado do Tocantins;
- Implantação de Projeto Piloto para produção de óleos na Resex Ciriaco e Resex Extremo Norte do Estado do Tocantins, com a participação, na primeira etapa, de 84 famílias extrativistas;
- Instalação das estruturas necessárias ao abate e o processamento de carne e couro de jacaré para manejo de crocodilianos na Resex Lago do Cuniã.

14

Políticas e comunidades tradicionais

Formulação de orientações técnicas

Elaboração do Manual de Procedimentos para Implantação do Crédito Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária em Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que contém orientações aos gestores das UCs e às lideranças extrativistas com o intuito de aperfeiçoar a implementação e a gestão dos créditos para os beneficiários do Programa.

Cadastramento de usuários e beneficiários de unidades de conservação

Foram formuladas, em oficina técnica específica, as orientações e conteúdos para a padronização do formulário de cadastramento de usuários de unidades de conservação como instrumento básico para registro cadastral nas UCs federais de todas as categorias. O instrumento será útil para identificar os usuários e moradores, sua localização, sua relação com a UC, os modos e tipos de uso da unidade e seus direitos de uso, subsidiando as ações dos diferentes macroprocessos do Instituto. Servirá, no caso das Resex, RDS e Flonas, para identificação das famílias extrativistas beneficiárias dessas unidades para as quais devem ser dirigidas as políticas públicas universais e específicas.

Dentre os beneficiários das Resex e Flonas ainda não reconhecidas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, foram cadastrados 487 extrativistas na Relação de Extrativistas Beneficiários – REB, da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, de acordo com a Portaria MDA nº 62, de 27/11/2009. A REB possibilita aos extrativistas o acesso às políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, operados pela Conab.

Celebração dos Contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU

Como parte de uma ação de governo presente no Plano de Ação Prioritário 2009-2010, da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, o ICMBio firmou em 2010 as outorgas coletivas e gratuitas dos territórios de uso tradicional das comunidades extrativistas de 18 Resex e 3 Flonas, conforme estabelecido no SNUC e no Decreto nº 4.340/2002, por meio da celebração de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) com as entidades representativas dessas comunidades, chegando atualmente ao total de 23 UCs com CCDRU firmados.

Foram celebrados 23 contratos, com 21 associações, 1 federação e com a chefe da única família tradicional moradora de uma Floresta Nacional, totalizando atendimento a cerca de 18 mil famílias extrativistas.

UCs com CCDRU celebrado

15

Nome da Unidade	UF	Área (ha)
Flona São Francisco	AC	21.147,67
Resex Lago do Capanã Grande	AM	223.324,85
Resex Cururupu	MA	185.046,00
Flona do Tapajós	PA	76.933,63
Resex Araí Peroba	PA	11.479,00
Resex Chocoaré-Mato Grosso	PA	2.785,72
Resex de Mapuá	PA	94.463,09
Resex de Tracuateua	PA	27.153,00
Resex Gurupi Piriá	PA	74.081,00
Resex Mãe Grande de Curuçá	PA	37.062,00
Resex Maracanã	PA	30018,88
Resex São João da Ponta	PA	3.203,00

Nome da Unidade	UF	Área (ha)
Resex Soure	PA	27.463,58
Resex Arraial do Cabo	RJ	50.815,55
Flona do Jamari	RO	1.851,06
Resex Barreiro das Antas	RO	106.197,00
Resex Lago do Cuniã	RO	48.687,82
Resex Rio Cautário	RO	75.124,95
Resex Rio Ouro Preto	RO	204.583,00
Resex Pirajubaé	SC	1.444,00
Resex Mandira	SP	1.215,00
TOTAL		1.304.079,80

Implementação de Telecentros Comunitários

16

Foi aprovada a instalação de 204 telecentros em 65 unidades de conservação federais e em um centro nacional de pesquisa e conservação, por meio do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros.BR, por meio do Aviso de Seleção Pública de Parcerias – MP/MCT/MC – nº 1/2010.

Telecentros Comunitários são espaços públicos que proporcionam acesso público e gratuito à tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à internet, disponíveis para múltiplos usos, incluindo navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local em suas diversas dimensões. Por meio dessas estruturas, as comunidades locais, tradicionais ou não, serão inseridas na sociedade da informação e fortalecidas em defesa do desenvolvimento local e comunitário de base conservacionista e a sociedade beneficiada com mais um instrumento de apoio a implementação das unidades de conservação.

Em dezembro iniciou-se a primeira etapa de entrega dos equipamentos para a 150 localidades relacionadas a 54 unidades de conservação e um centro de pesquisa.

Distribuição de Telecentros por categoria de UC e Centro de Pesquisa

Categoria de UC/Centro	Nº de Telecentros	Nº de UCs atendidas
Reserva Extrativista	99	35
Área de Proteção Ambiental	13	5
Floresta Nacional	29	10
Parque Nacional	48	8
Reserva Biológica	14	7
Centro de Pesquisa	1	-

Instalação de telefonia fixa

Porsolicitação deste Instituto à Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, foram atendidas demandas comunitárias e instalados, por meio do Plano Geral de Metas de Universalização – PGMU II, terminais de telefonia pública, os chamados “orelhões”, em localidades de 10 unidades de conservação (2 Parnas, 4 Flonas, 2 Resex, 1 APA e 1 Rebio).

Projeto Manguezais do Brasil

No âmbito do Projeto PNUD BRA 07/G32 – Manguezais do Brasil, executado pelo ICMBio com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF, foram realizadas as seguintes atividades:

- Implementação das gerências e coordenações técnicas de suas 5 áreas piloto;
- Realização do V Fórum do Caranguejo-Uçá no Delta do Parnaíba e do Workshop sobre a Sustentabilidade da Pesca na APA do Delta do Parnaíba em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura, a Embrapa e a Prefeitura Municipal de Araioses/MA;
- Promoção do I Festival Manguezais do Brasil, em São Luiz/MA, que contou com a participação de lideranças comunitárias, técnicos das unidades de conservação com presença de manguezais e gestores públicos governamentais da União, estados e municípios. Esse evento propiciou o debate e a formulação de propostas e responsabilidades, e o fortalecimento da articulação social desses atores em prol da conservação e do uso sustentável desse ecossistema. Com o evento também se promoveu a divulgação da cultura das comunidades que vivem nos mangues e se utilizam deles, por meio da exibição de filmes e grupos musicais tradicionais oriundos dessas UCs;
- Promoção do concurso fotográfico Olhares sobre os Manguezais, que selecionou 12 trabalhos retratando diferentes contextos das comunidades tradicionais, da flora e da fauna dos manguezais brasileiros, sendo mais uma iniciativa para ampliar a visibilidade desse ecossistema.

USO PÚBLICO E NEGÓCIOS



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

USO PÚBLICO E NEGÓCIOS

Qualifica, normatiza e estrutura as atividades de visitação, uso público e recreação nas unidades de conservação.

Objetivos estratégicos relacionados

- Compatibilizar o desenvolvimento local, regional e nacional com a conservação da biodiversidade;
- Ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços ofertados pelo Instituto;
- Criar e aprimorar mecanismos, normas e procedimentos para uso das UCs com ênfase na geração de serviços e negócios;
- Disponibilizar estrutura adequada para uso público e sensibilização da população;
- Desenvolver capacidades para viabilizar o manejo de recursos naturais nas UCs de uso sustentável.

19

Desenvolvimento de negócios

No ano de 2010 foram trabalhadas 13 unidades de conservação visando a terceirização de serviços, sendo 3 serviços de concessão já contratados (Parna do Iguaçu, Parna Marinho de Fernando de Noronha e parte do Parna da Serra dos Órgãos). Foram ainda elaborados editais visando a retirada de pinus e recuperação da área do PN da Lagoa do Peixe e a exploração de produtos madeireiros da Flona de Capão Bonito.

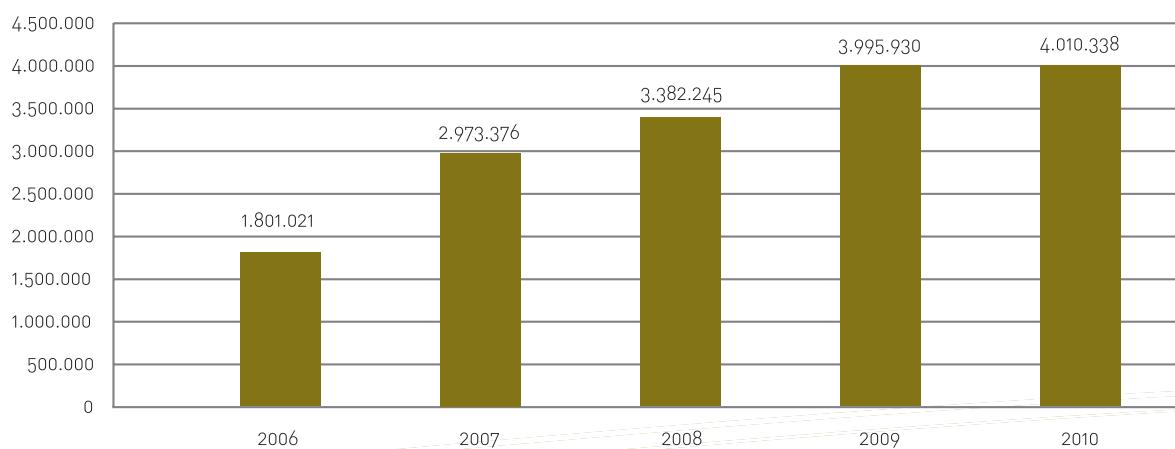
Visitação

Estão abertos à visitação 31 parques nacionais e 29 florestas nacionais. Essas unidades receberam mais de 4 milhões de visitantes em 2010.

Visitação a parques e florestas nacionais em 2010

	Parques nacionais		Florestas nacionais	
	Nº de UCs	Nº Visitantes	Nº de UCs	Nº Visitantes
Abertos com monitoramento (Parnas)	18	3.768.311	12	51.024
Abertos com monitoramento (Flonas)				
Abertos sem monitoramento (Parnas)	13	191.003	17	-
Abertos sem monitoramento (Flonas)				
Fechados à visitação	36	-	36	
TOTAL	67	3.959.314	65	51.024
TOTAL GERAL	UCs	132	Visitantes	4.010.338

Crescimento da visitação



21

Normatização de procedimentos afetos a uso público

Em 2010, delegou-se competência à chefia das unidades para firmar Termos de Autorização e redefinir preços para a cobrança de ingressos, serviços administrativos, técnicos, entre outros.

As autorizações visam à prestação de serviços de interesse público por entidades privadas dentro das unidades de conservação, em caráter temporário. Como exemplo, tivemos a autorização para guiagem e transporte de turistas na APA da Costa dos Corais e no PN de Lençóis Maranhenses e para operação de mergulho e filmagens de passeio subaquático em Fernando de Noronha.

CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL

Compreende a regularização da situação fundiária e a consolidação dos limites das unidades de conservação federais, condições essenciais para implantação, planejamento e execução das ações de gestão desses espaços protegidos.

Objetivos estratégicos relacionados

- Promover a consolidação territorial;
- Fomentar, ordenar, gerar e difundir informações e expertise para a conservação da biodiversidade e para a gestão das UCs;
- Garantir o território e promover o desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas UCs de uso sustentável;
- Aumentar a efetividade e a consolidação das UCs;
- Consolidar os instrumentos de gestão para resposta e prevenção de conflitos com comunidades locais afetadas pela criação de UCs.

A criação da unidade de conservação não caracteriza transferência de domínio das terras para o patrimônio público. A regularização fundiária cuida da identificação e transferência do domínio ou da posse dos imóveis contidos no interior do perímetro decretado de cada UC ao Instituto. Dentre as ações, destacam-se a desapropriação de imóveis rurais, indenização de posses e obtenção da gestão das terras públicas federais e estaduais inseridas nas unidades de conservação federais.

23

A Consolidação de limites das UCs compreende a delimitação espacial, demarcação e sinalização do perímetro das unidades, atividades que vêm sendo fortemente impulsionadas uma vez que sua materialização física contribui significativamente para a redução da ocorrência de ocupação e uso indevido dessas áreas protegidas.

Atos normativos

Para promover a regularização fundiária das unidades de conservação incidentes em terras públicas federais foi necessário o estabelecimento da Portaria Conjunta Incra/ICMBio nº 4/2010, que define os procedimentos de concessão de direito real de uso das terras públicas federais sob domínio ou gestão do Incra, sobrepostas às UCs, ao ICMBio.

Obtenção de concessão de direito real de uso das terras públicas federais sob domínio da União ou do Incra

Em 2010, o MMA recebeu da Secretaria de Patrimônio da União o Termo de Entrega e realizou a concessão de direito real de uso ao ICMBio de 24 unidades, compreendendo uma área de 1,4 milhão de hectares.

UCs com concessão de direito real de uso da SPU para o ICMBio

Unidade de Conservação	UF	Área (ha)
Resex São João da Ponta	PA	3.203,00
Resex Araí Peroba	PA	11.479,00
Resex de Tracuateua	PA	27.153,00
Resex de Mapuá	PA	94.463,00
Resex Mãe Grande de Curuçá	PA	37.062,00
Resex Gurupi Piriá	PA	74.081,00
Resex de Soure	PA	15.275,00
Resex Maracanã	PA	30.019,00
Resex Cururupu	MA	185.046,00
Flona do Jamari	RO	1.851,00
Resex Arraial do Cabo	RJ	56.769,00
Resex Lago do Capanã Grande	AM	304.146,28
Flona do Tapajós	PA	108.145,54
Resex Chocoaré-Matogrosso	PA	2.785,72
Resex Corumbau	BA	89.500,00
Resex Baía de Iguape	BA	8.117,53
Resex Pirajubaé	SC	1.444,00
Resex Rio Ouro Preto	RO	204.583,00
Parna Marinho de Fernando de Noronha	PE	10.923,30
Resex Prainha do Canto Verde	CE	29.794,44
Resex Mandira	SP	1.176,00
Resex Batoque	CE	601,05
Resex de Cassurubá	BA	68.454,33
Resex de Canavieiras	BA	100.645,85
TOTAL		1.466.718,04

Por sua vez, o Incra fez a Concessão de Direito Real de Uso ao ICMBio de 10 Unidades, abrangendo uma área de 6,8 milhões de hectares.

UCs com concessão de direito real de uso do Incra para o ICMBio

Unidade de Conservação	UF	Área (ha)
Resex Barreiro das Antas	RO	106.197,00
Resex Lago do Cuniã	RO	49.687,82
Resex Rio Cautário	RO	75.124,95
Parna Serra da Cutia	RO	282.407,00
Flona São Francisco	AC	21.147,67
Parna Montanhas do Tumucumaque	AP	3.865.145,15
Flona de Pau Rosa	AM	965.489,77
Flona Santa Rosa do Purus	AC	231.555,00
Rebio Uatumã	AM	519.803,00
Parna Juruena	MT/AM	713.554,00
TOTAL		6.830.111,36

Desapropriação de imóveis ou indenização de posse

Retomada dos processos de indenização de imóveis em UCs Ffederais, totalizando por desapropriação administrativa mais de 28 mil hectares de terras, nas seguintes unidades:

UCs com imóveis desapropriados/posses indenizadas

Unidade de Conservação	UF
Parque Nacional da Serra da Bodoquena	1 imóvel desapropriado
Parque Nacional de Itajaí	5 imóveis desapropriados
Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins	1 imóvel desapropriado
Parque Nacional Grande Sertão Veredas	2 imóveis desapropriados e 11 posses indenizadas
Parque Nacional Saint Hilaire-Lange	1 imóvel desapropriado
Parque Nacional de Itatiaia	2 imóveis desapropriados
Parque Nacional do Caparaó	2 imóveis desapropriados
Resex Médio Purus	2 imóveis desapropriados com recursos do Incra para fins de compensação de reserva legal de assentamentos
Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	6 imóveis desapropriados

Imóveis recebidos em doação por conversão de ulta

Dez imóveis foram adquiridos e doados pela Fiat do Brasil ao Parque Nacional Cavernas do Peruaçú, compreendendo cerca de 12 mil ha de terras.

Ações de regularização fundiária por compensação de reserva legal

- Publicação do Edital de Compensação de Reserva Legal do Parque Nacional da Serra da Canastra/MG e da Reserva Biológica das Perobas/PR;
- Recebimento em doação de 7 imóveis localizados no Parque Nacional da Serra da Canastra/MG, sem ônus para o Instituto.

CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UCS



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UCS

Desenvolve e implementa ferramentas e ações voltadas à criação e gestão de unidades de conservação federais.

Objetivos estratégicos relacionados

- Dotar as UCs de instrumentos de gestão;
- Consolidar a gestão participativa em todos os níveis;
- Aprimorar os mecanismos de gestão compartilhada de UCs;
- Aprimorar os procedimentos de criação;
- Aumentar a efetividade e a consolidação das UCs;
- Aumentar a representatividade e conectividade dos biomas protegidos em UCs;
- Fomentar, ordenar, gerar e difundir informações e expertise para a conservação da biodiversidade e para a gestão das UCs;
- Contribuir para a integração e a conectividade das UCs;
- Ampliar a transparência e o acesso à informação para a sociedade;
- Reduzir o risco de extinção de espécies;
- Garantir o território e promover o desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas UCs de uso sustentável;
- Implementar a estratégia de conservação de espécies ameaçadas.

29

Criação de unidades de conservação:

As unidades de conservação federais totalizam hoje uma área de 75.313.465,40 ha, onde o ICMbio tem papel importante na ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

No exercício de 2010, foram criadas 7 unidades de conservação, sendo 6 de proteção integral e 1 de uso sustentável, totalizando uma área de 190.566,93 há. Além disso, 6 unidades de conservação federais tiveram seus limites redefinidos, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

Unidades de conservação federais criadas em 2010

Unidade de conservação	UF	Bioma	Norma legal	Área (ha)
Uso Sustentável				
APA Costa das Algas	ES	Marinho Costeiro	Decreto s/nº, de 17/06/2010	114.931,00

Unidade de conservação	UF	Bioma	Norma legal	Área (ha)
Proteção Integral				
MN Arquipélago das Ilhas Cagarras	RJ	Marinho Costeiro	Lei nº 12.229, de 13/04/2010	105,93
Parna da Serra das Lontras	BA	Mata Atlântica	Decreto s/nº, de 11/06/2010	11.336,00
Parna do Alto Cariri	BA	Mata Atlântica	Decreto s/nº, de 11/06/2010	19.264,00
Parna de Boa Nova	BA	Mata Atlântica	Decreto s/nº, de 11/06/2010	12.065,00
RVS de Boa Nova	BA	Mata Atlântica	Decreto s/nº, de 11/06/2010	15.024,00
RVS de Santa Cruz	ES	Marinho Costeiro	Decreto s/nº, de 17/06/2010	17.741,00

Unidades de conservação federais cujos limites foram redefinidos em 2010

Unidade de conservação	UF	Status	Área (ha)
Redução dos limites			
Flona do Bom Futuro	RO	Lei nº 12.249, de 11/06/2010	182643
Ampliação dos limites			
Parna Mapinguari	AM/RO	Lei nº 12.249, de 11/06/2010	180.900,00
Resex Ciriaco	MA	Decreto s/nº, de 17/06/2010	1.034,79
Esec Cuniã	RO	Lei nº 12.249, de 11/06/2010	63.812,00
Parna do Pau Brasil	BA	Decreto s/nº, de 11/06/2010	7.396,00
Parna Serra das Confusões	PI	Decreto s/nº, de 30/12/2010	321.024,70

O processo de criação de unidade de conservação federal compreende as seguintes etapas:

- Vistoria de campo;
- Estudos preliminares das áreas;
- Reuniões comunitárias;
- Consultas públicas;
- Elaboração do memorial descrito e minuta de decreto.

Ao final de 2010, encontravam-se em andamento 233 processos de criação, 3 processos de recategorização, 36 processos de ampliação e 3 processos para desafetação parcial.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN

No exercício de 2010 foram criadas 23 RPPNs, sendo 5 na região Centro-Oeste (228,86 ha), 9 na região Nordeste (2.786,91 ha), 5 na região Sudeste (653,08 ha) e 4 na região Sul (81,57 ha), representando uma área total de 3.750,42 ha.

Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – SIMRPPN

O Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural é um instrumento tecnológico desenvolvido pelo ICMBio para atuar na criação, gestão e monitoria das RPPN, constituindo importante ferramenta de apoio a gestão, tanto pelo poder público como pelo proprietário.

O SIMRPPN está dividido em três módulos: Criação, Plano de Manejo e Monitoria de RPPN. O módulo de criação já está implantado e disponível no endereço eletrônico www.icmbio.gov.br/rppn. Os proprietários rurais interessados em RPPNs podem acessar o sistema e preencher *online* o requerimento para sua criação.

Desde a implantação do Sistema, em janeiro de 2010, foram apresentadas 73 propostas criação de RPPN, com 24 processos de criação em andamento.

O SIMRPPN foi alimentado com 534 processos de RPPNs já criadas (cadastro).

31

Elaboração e revisão de plano de manejo

O ICMBio tem sob sua responsabilidade 310 unidades de conservação, das quais 99 possuem planos de manejo publicados.

No exercício de 2010 foram publicados 9 desses planos, das seguintes unidades de conservação:

- Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu;
- Área de Relevante Interesse Ecológico das Matas de Santa Genebra;
- Estação Ecológica dos Tupiniquins;
- Estação Ecológica do Rio Acre;
- Floresta Nacional do Crepori;
- Floresta Nacional do Amana;
- Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque;
- Parque Nacional das Araucárias;
- Reserva Extrativista do Arapixi.

Situação dos Planos de Manejo das unidades de conservação

Categoria	Status dos Planos de Manejo (PM)	
	Com PM	PM em elaboração
Parque Nacional	39	12
Estação Ecológica	09	07
Reserva Biológica	20	04
Refugio de Vida Silvestre	00	00
Monumento Natural	00	00
UC de Proteção Integral	68	23
Área de Preservação Ambiental	10	04
Área de Relevante Interesse Ecológico	01	00
Floresta Nacional	16	19
Reserva Extrativista	04	36
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	00	01
UC de Uso Sustentável	31	60
TOTAL GERAL	99	83
Porcentagem (N=310)	31,93%	26,78%

Mosaicos e corredores ecológicos

O Corredor Ecológico e o Mosaico de Unidades de Conservação são instrumentos de gestão territorial para a conservação, legitimados pelo SNUC, que têm por finalidade o fortalecimento da gestão integrada, o ordenamento territorial e a integração com as comunidades do entorno, associando as práticas de preservação da biodiversidade, a valorização da sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional, buscando garantir a perenidade dos processos ecológicos, do fluxo gênico e da dispersão das espécies, no sentido de afastar a ameaça do isolamento das unidades de conservação.

Em 2010 foi prestado apoio técnico à estruturação das propostas de reconhecimento de 7 iniciativas de mosaicos de unidades de conservação, cujos processos administrativos foram instruídos e encaminhados para reconhecimento do Ministério do Meio Ambiente. Abaixo, estão listadas as propostas acompanhadas pelo ICMBio em 2010 e o número das Portarias de reconhecimento dos mosaicos:

- Mosaico do Baixo Rio Negro – Portaria nº 483, de 14 de dezembro de 2010;
- Mosaico do Extremo Sul da Bahia - Portaria nº 492, de 17 de dezembro de 2010;
- Mosaico do Mico Leão Dourado - Portaria nº 481, de 14 de dezembro de 2010;
- Mosaico da Foz do Rio Doce - Portaria nº 489, de 17 de dezembro de 2010;
- Mosaico do Espinhaço Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral – Portaria nº 444, de 26 de novembro de 2010.

33

Foi celebrado entre o ICMBio e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional do Japão – Jica um Termo de Cooperação Técnica – *Projeto Corredor Ecológico da Região do Jalapão*, com previsão de duração de 3 anos. Em 2010 já puderam ser observados alguns resultados relevantes como a criação de banco de dados de informações geográficas, estruturação do sistema de compartilhamento de informações geográficas *online* – WEBGis, realização da 1ª Oficina Técnica do Projeto, com a participação de 53 representantes de 19 instituições, e o treinamento de 11 analistas ambientais do ICMBio em GIS e GPS, entre outros.

Foi realizada também a sistematização dos dados e informações relativas aos cinco mosaicos de unidades de conservação reconhecidos formalmente pelo Ministério do Meio Ambiente e às outras 19 iniciativas de mosaicos ainda não reconhecidos que envolvem unidades de conservação federais.

Monitoramento e avaliação de unidades de conservação

A partir de novembro de 2009, deu-se início a realização do segundo ciclo de avaliação da efetividade de gestão das unidades de conservação federais seguindo o método de Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação – Rappam.

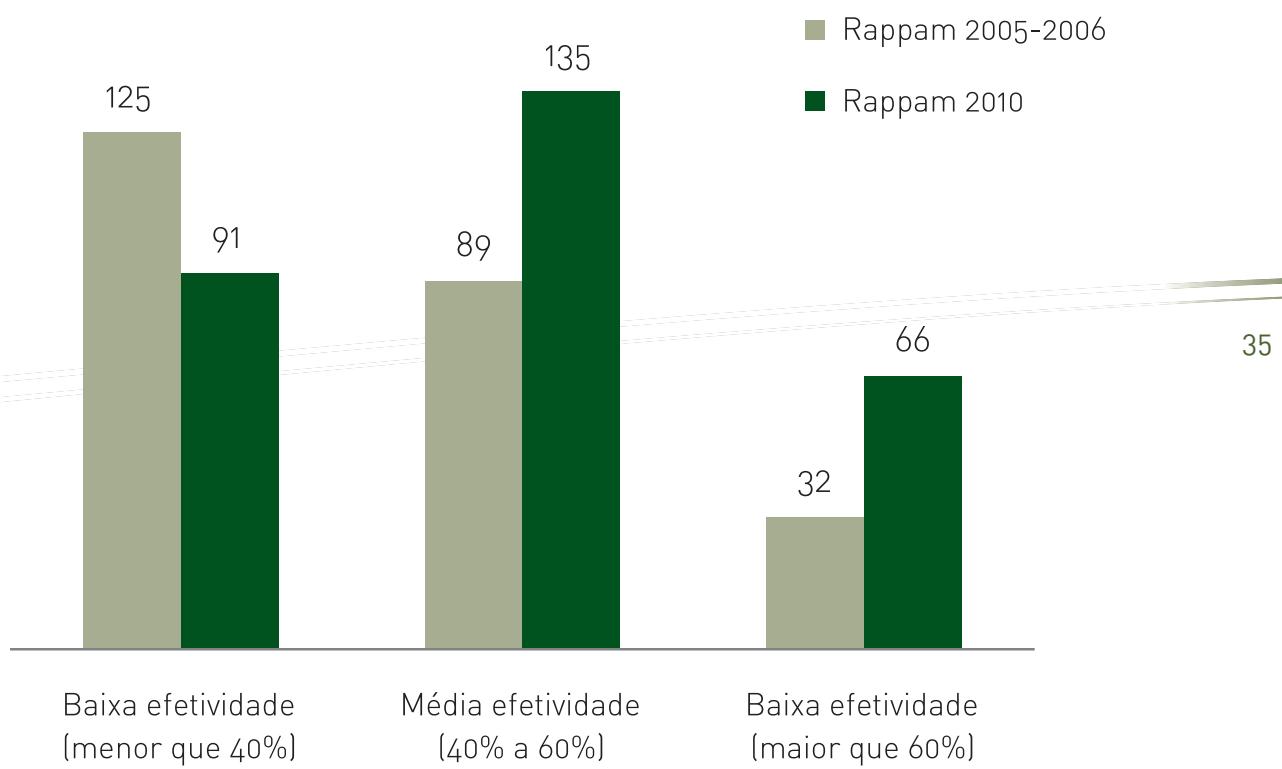
Ao longo do ano de 2010 foram realizadas sete oficinas presenciais para aplicação dessa metodologia visando cobrir todo o conjunto de UCs federais, exceto situações excepcionais como as unidades recém-criadas, as geridas sob parceria com institutos estaduais e as que se encontravam sem gestor. Dessa forma, das 310 UCs federais existentes, foram avaliadas 292 unidades (94%).

Complementando a aplicação do método Rappam nas 292 unidades de conservação, foi também aplicado um questionário específico para a avaliação do Sistema Federal de Unidades de Conservação junto à Direção Ampliada do ICMBio, composta pelo presidente, diretores e coordenadores regionais. A análise desses resultados está em processamento.

Visando a divulgação externa desses dados, está em andamento a estruturação de uma estratégia conjunta de compartilhamento das informações levantadas nas avaliações Rappam 2005-2006 e 2010, por meio do desenvolvimento, pelo WWF, de site específico para esse fim (Observatório de Unidades de Conservação).

Alguns gráficos obtidos a partir dos dados levantados pela metodologia são apresentados a seguir, demonstrando o avanço na efetividade de gestão nas unidades de conservação federais entre 2005 e 2010.

Número de UCs por classe de efetividade de gestão



PROTEÇÃO



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

PROTEÇÃO

Desenvolver mecanismos e implementar ações de modo a assegurar a proteção ambiental das unidades de conservação federais.

Objetivos estratégicos relacionados

- Assegurar a proteção e o monitoramento das UCs;
- Consolidar as políticas de formação continuada para os servidores e de gestão de pessoas do Instituto;
- Envolver a sociedade na conservação da biodiversidade

Designação de agentes de fiscalização

Em 2010 foram designados 142 novos agentes de fiscalização ambiental, totalizando um quadro de 903 fiscais no Instituto. Esse valor corresponde a um aumento de 10% no número de agentes em relação ao ano anterior, representando o triplo do número de agentes desde a criação do ICMBio.

37

Quadro de pessoal atuando na proteção ambiental

- 905 agentes de fiscalização - aumento de 9,2% em relação a 2009;
- 1.594 brigadistas - aumento de 13% em relação a 2009;
- 73 instrutores;
- 21 servidores como pontos focais de geoprocessamento na elaboração dos planos de proteção.



Logística operacional

No exercício de 2010 procedeu-se à emissão de carteiras de fiscalização e portes de arma para o pessoal operacional, após devida aferição de capacidade psicológica e técnica. Esse procedimento garantiu a identificação funcional dos agentes de fiscalização em operações e o acesso ao uso de armamento.

Houve continuidade no processo de aquisição e distribuição de material controlado e equipamentos de segurança para os agentes de fiscalização do Instituto, incluindo armamento, munição, coletes balísticos e tecnologias não letais. Diante da responsabilidade institucional de garantir a proteção individual de seus servidores, tal procedimento apresenta como resultado a padronização e o incremento da estrutura de segurança nas ações de fiscalização.

Na área de prevenção e combate a incêndios florestais, a estruturação das UCs com brigadas ocorreu sobretudo por meio da aquisição e distribuição de veículos e materiais diversos, tais como uniformes, ração operacional, barracas modulares, equipamentos de proteção individual e de combate a incêndios:

- 764 agentes de fiscalização receberam uniformes - aumento de 37% em relação a 2009;
- 417 fiscais possuem armamento acautelado - aumento de 65% em relação a 2009;
- 446 fiscais possuem colete balístico acautelado - aumento de 10% em relação a 2009.

38

Foram elaborados e revisados Planos de Proteção de 43 UCs e realizadas diversas reuniões técnicas para iniciar o processo de elaboração de planos de proteção que serão concluídos em 2011. Essa ação de caráter continuado tem como objetivo dotar todas as UCs de um plano de proteção.

Foi implementada a Sala de Monitoramento e Informações Ambientais - SMI, que conta com uma equipe de 2 analistas ambientais, 2 estagiários e 1 técnico especializado contratado. Como principais produtos da SMI, pode-se citar o monitoramento diário dos focos de calor nas unidades de conservação federais, a produção de aglomerados com os focos citados, a elaboração de mapas com os focos de calor durante as épocas críticas, o cálculo de área atingida por incêndios em UCs federais, a elaboração de alertas de desmatamento nas UCs com base no Prodes - Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite e Deter e apoio em geoprocessamento às áreas de fiscalização e combate a incêndios florestais.

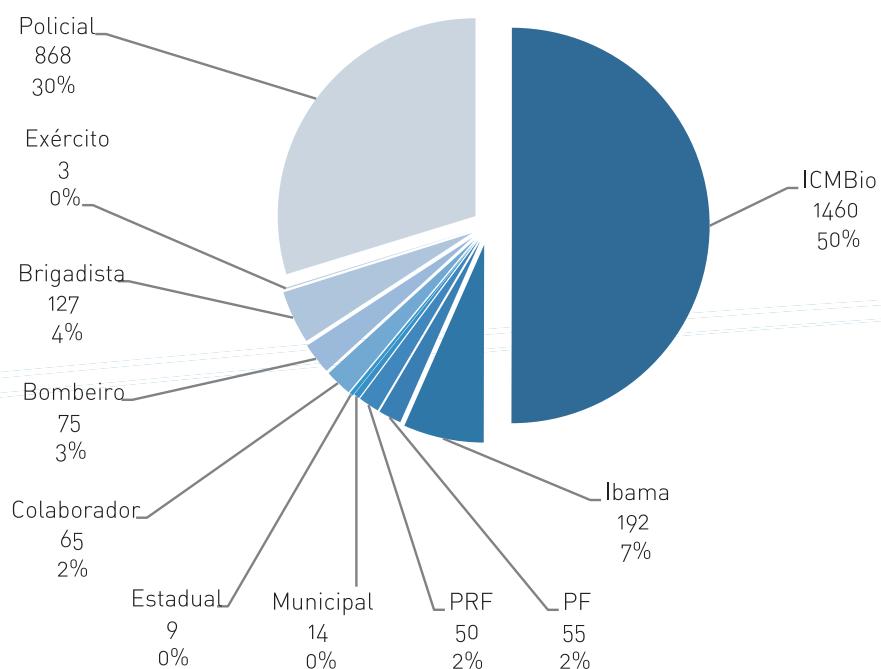
Fiscalização ambiental

Foram realizadas 219 operações de fiscalização em 125 UCs localizadas em todas as regiões do país. Elas envolveram 2.266 profissionais, entre servidores e parceiros. Cabe ressaltar a contribuição das parcerias estabelecidas com agentes externos na execução das ações fiscalizatórias, incluindo a participação do Ibama, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, das Forças Armadas, dos batalhões de Polícia Militar Ambiental e dos órgãos estaduais de meio ambiente.

Dentre as operações realizadas, destacam-se:

- Operação Boi Pirata, ocorrida na Reserva Extrativista Rio Xingu, no Pará, que promoveu a apreensão e destinação ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS de um rebanho de 317 bovinos e a desocupação da última fazenda de pecuária existente na unidade;
- Operação Renascer, ocorrida na Reserva Extrativista Renascer, no Pará, que resultou na apreensão histórica de mais de 70.000 m³ de madeira retirada ilegalmente no interior da unidade.

**Participação das instituições nas ações de proteção das UCs
(número de servidores)**



39

Desmatamento em UCs federais em 2010

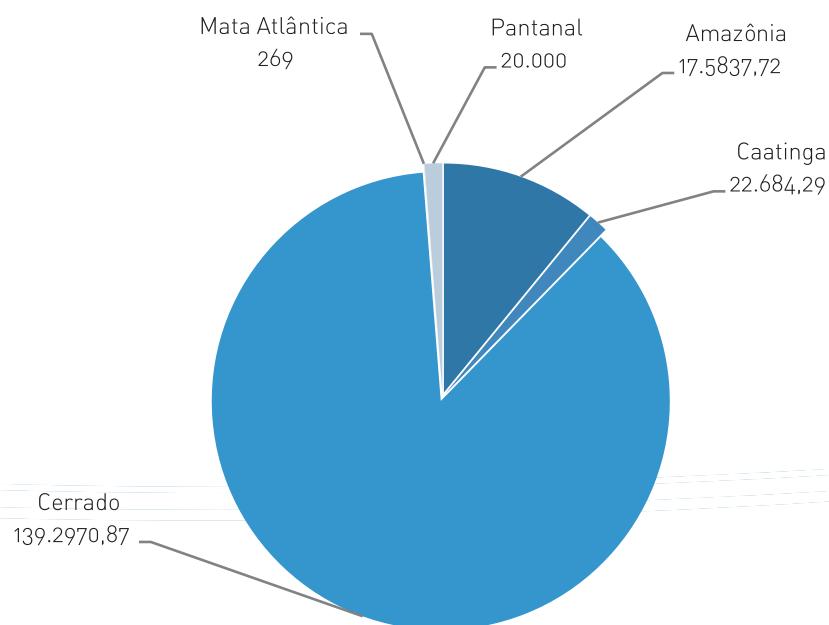
Os dados divulgados do Prodes 2009/2010 (Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite) indicam que o desmatamento total da Amazônia no período foi de 6.451 km². A análise inicial desses dados indica que houve desmatamento de 13.398,46 ha no interior das unidades de conservação federais, porém em várias situações este dado representa desmatamento autorizado, como a abertura de áreas para roças de populações tradicionais inseridas em UCs de uso sustentável, mineração em áreas permitidas, etc.

Houve uma queda de 33% no total de área desmatada nas UCs federais e de 37% em relação à parcela do desmatamento total da Amazônia realizado em UCs federais quando comparados com o levantamento anterior (2008/2009). Foi observado, ainda, que 71% das áreas desmatadas se concentraram em 11 das 48 unidades com registro de desmatamento.

Prevenção e combate a incêndios florestais

O ano de 2010 foi crítico em relação aos incêndios florestais, nos quais as questões climáticas tiveram papel preponderante. A baixa umidade relativa do ar, as altas temperaturas, os ventos fortes, o grande período de estiagem, aliados ao acúmulo de biomassa ocorrido nos anos anteriores, contribuíram para que os incêndios florestais tomassem grandes proporções.

Área de UCs federais atingidas por incêndios em 2010 (ha)

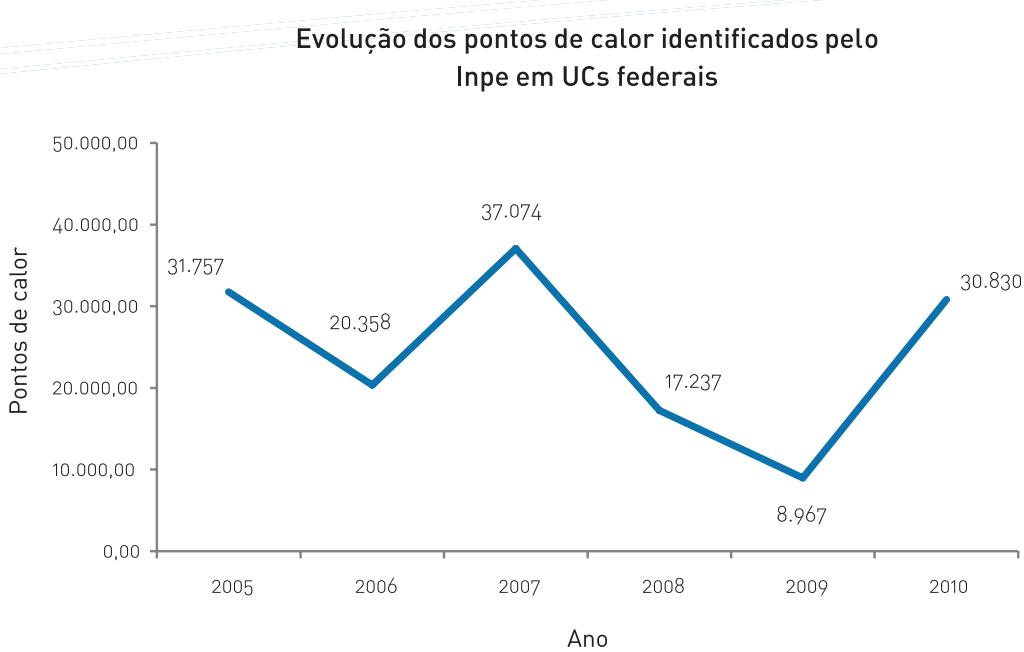


40

No intento de minimizar os efeitos dos incêndios, foram realizadas as seguintes ações:

- Ações de prevenção: - 1.200 km de aceiros, a grande maioria do tipo negro, nas unidades Parque Nacional das Emas, Parque Nacional de Brasília, Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional da Serra da Capivara, Reserva Biológica da Contagem, Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu e Estação Ecológica da Serra das Araras; ações pontuais de capacitação em uso alternativo do fogo no entorno de UCs no Mosaico de Carajás; ações pontuais de educação ambiental nas escolas e comunidades do entorno como no Parque Nacional da Chapada Diamantina;
- Capacitação e contratação de brigadistas - foram capacitados aproximadamente 2.700 brigadistas em 95 cursos. Deste total foram contratados 1.596 brigadistas em 94 unidades;
- Contratação de aeronaves para apoio às ações de monitoramento de combate a incêndios florestais - foram acionados 6 aviões tanque (*airtractor*), 3 helicópteros e dois aviões de monitoramento;

- Implementação de brigadas voluntárias - no Parque Nacional da Serra do Cipó, Parque Nacional da Serra da Canastra, Parque Nacional de Itatiaia e Parque Nacional da Chapada Diamantina. Iniciada ação para implementação de brigada no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros junto à Comissão Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Alto Paraíso;
- Aquisição e distribuição de equipamentos - foram adquiridos equipamentos de proteção individual tanto para os brigadistas contratados quanto para os brigadistas voluntários inscritos no programa de voluntariado. Outros equipamentos adquiridos referem-se a combate, tais como mangueiras, bombas costais, abafadores, equipamentos de apoio a combate aéreo, piscinas de água de 11 mil e 35 mil litros. Vale ressaltar que foram adquiridos pelo ICMBio 148 veículos tracionados;
- Estruturação de sete Bases Operativas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Nacional de Itatiaia, Parque Nacional da Serra do Cipó, Parque Nacional da Chapada Diamantina, Parque Nacional do Descobrimento, na Floresta Nacional de Jamari e Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins;
- Relatórios técnicos de identificação de causa e origem de incêndios florestais - foram realizadas vistorias/perícias no Parque Nacional das Emas, Parque Nacional de Brasília, Parque Nacional da Chapa dos Veadeiros, Parque Nacional das Sempre-Vivas e Parque Nacional da Serra da Canastra;
- Responsabilização - foram lavrados 32 autos em 14 UCs, que totalizaram R\$ 31,17 milhões em multas.



Considerando o monitoramento através de focos de calor, em 2010 foram identificadas 177 unidades de conservação federais com incidência de focos, sendo que análise mais aprofundada detectou indícios de incêndio em 80 delas. Nesses casos, 61 unidades conseguiram controlar os incêndios por meio de esforços locais e evitaram que área ainda maior fosse atingida.

MANEJO PARA CONSERVAÇÃO



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

MANEJO PARA CONSERVAÇÃO

Desenvolve ferramentas de gestão da biodiversidade voltadas para a redução do impacto de diversas atividades humanas sobre as espécies.

Objetivos Estratégicos Relacionados

- Implementar a estratégia de conservação de espécies ameaçadas;
- Reduzir o risco de extinção de espécies.

Em 2010, foram realizadas as seguintes ações:

Avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira

Esse trabalho permitirá apresentar um diagnóstico da fauna brasileira, identificando e localizando as principais ameaças e áreas importantes para a manutenção da espécie, estabelecendo o grau de compatibilidade com atividades antrópicas. Permitirá ainda subsidiar a revisão da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção e o estabelecimento de ações necessárias à proteção da fauna brasileira.

43

Preliminarmente, serão avaliadas todas as espécies de vertebrados e algumas espécies de invertebrados de importância para avaliação dos serviços ambientais como, por exemplo, moluscos, crustáceos, corais, abelhas e borboletas.

Em 2010, foram realizadas oito oficinas para avaliação do estado de conservação de oito grupos taxonômicos. Foram avaliadas 533 espécies, conforme tabela abaixo.

Grupo taxonômico	Número de espécies avaliadas	% do grupo avaliado
Lepidópteros	128	1
Artiodáctilos e Perissodáctilos	12	100%
Peixes cartilaginosos	78	43% ²
Moluscos	49	1
Crustáceos	121	1
Anfíbios	91	10% ²
Quelônios	31	100%
Peixes da ordem Scombroidei	23	60% ²

¹ Os grupos de invertebrados não serão avaliados por completo em virtude da ausência de informações e o grande número de espécies, entretanto 100% das espécies de invertebrados selecionadas serão avaliadas.

² Para os grupos de vertebrados muito grandes as avaliações serão realizadas em mais de uma oficina. Os grupos iniciados em 2010 deverão ser concluídos em 2011.

Foi iniciada a preparação do processo de avaliação dos grupos: quirópteros, aves, carnívoros, peixes da mata atlântica e mamíferos aquáticos.

Tendo em vista que até 2009 haviam sido avaliadas 124 espécies, no ano de 2010 foi atingido o patamar de 630 espécies, 6,3% das previstas.

Identificação de áreas críticas e de risco para a conservação das espécies da fauna brasileira

Áreas críticas para a conservação das espécies da fauna são aquelas onde ocorrem fases de extrema sensibilidade do seu ciclo de vida. Caso o ambiente sofra algum dano que inviabilize a conclusão dessas fases, surge o risco à sobrevivência das espécies. Por exemplo: áreas de desova ou nidificação, sítios de agregação reprodutiva ou alimentar e áreas que concentram percentual extremo de população em alguma fase da vida.

As áreas de risco estão sob pressão e requerem medidas imediatas para evitar a extinção de uma população da espécie. Elas são identificadas ao se avaliar as áreas críticas frente às ameaças à espécie.

O trabalho de identificação promoverá a construção de cenários que buscarão compatibilizar o desenvolvimento dos investimentos nacionais com a proteção da fauna brasileira e que deverão ser utilizados para o planejamento setorial e para subsidiar o licenciamento ambiental.

Fez-se pela primeira vez o levantamento de informações para identificar o percentual de espécies ameaçadas protegidas nas UCs federais, trabalho que culminou na publicação do Atlas da Fauna Ameaçada de Extinção nas Unidades de Conservação Federais, que será lançado no inicio de 2011. O trabalho concluiu que 50% das espécies ameaçadas de extinção têm registro de ocorrência nas UCs federais.

Definição das estratégias para conservação das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção por meio dos Planos de Ação Nacionais - PAN

O trabalho deve ser mais intenso em relação àquelas espécies sob maior grau de ameaça. Assim, deverá ser realizado planejamento tático para a conservação, no qual se pactua com a sociedade (poluidores, consumidores e protetores) e o poder público a responsabilidade por ações que efetivamente possam proteger e evitar a extinção da espécie. Esse acordo é denominado de Plano de Ação Nacional para a Conservação - PAN.

Os PANs são documentos oficiais do governo brasileiro que orientam as ações prioritárias para inibir as ameaças que põem em risco populações de espécies da fauna. As ações abrangem interferência em políticas públicas, desenvolvimento de conhecimento específico, sensibilização de comunidades e controle da ação humana. Elas podem ser realizadas em nível regional, como criação de unidades de conservação e corredores ecológicos e definição de períodos de defeso, e em nível local, como translocação de uma espécie, ações de fiscalização e criação de áreas de exclusão.

Essas ações são pactuadas com atores locais de modo a buscar, por meio de interferências localizadas, influenciar no estado de conservação de toda a espécie.

O Plano de Ação é monitorado e supervisionado pelo ICMBio, que realiza as ações e apoia os parceiros no trabalho acompanhado regularmente com uso de indicadores por um Comitê de Implementação que pode promover o replanejamento das ações.

Cabe destacar que, quando atuamos na proteção de uma espécie ameaçada, todo o ambiente e consequentemente todas as espécies que ali habitam são beneficiados em virtude das ações implementadas na natureza.

Em 2010, foram aprovados 18 Planos de Ação Nacionais e elaborados 13 PANs. Ao todo, foram envolvidos 118 participantes, incluindo pesquisadores, gestores e membros de organizações não governamentais e governamentais.

O trabalho permitiu alcançar em 2010 o patamar de 23% de espécies da fauna ameaçadas de extinção com PANs, totalizando 144 espécies da fauna, além de 28 espécies da flora, de cactáceas ameaçadas.

No que tange à implementação de ações para a conservação, 13 dos 25 PANs elaborados para a fauna ameaçada estão com ações sendo executadas pelas unidades do ICMBio: Albatrozes e Petréis, Pato-Mergulhão, Arara-Azul-de-Lear, Toninha, Grandes Cetáceos e Pinípedes, Sirênios, Muriqui, Lepidópteras, Soldadinho-do-Araripe, Tartarugas Marinhas, Espécies do Paraíba do Sul, Lobo-Guará e Onça Pintada. Além disso, unidades do ICMBio desenvolvem ações que beneficiam diretamente 106 espécies ameaçadas de extinção da fauna brasileira.

Espécies beneficiadas por ações do ICMBio

45

Grupos taxonômicos	Número de espécies ameaçadas	Espécies ameaçadas com ações diretas do ICMBio
Anfíbios	16	3
Mamíferos com casco	2	-
Aves	160	4
Carnívoros	10	9
Cetáceos	7	2
Morcegos	5	-
Marsupiais	1	-
Invertebrados	208	53
Peixes cartilaginosos	12	-
Peixes ósseos	142	10
Primata	26	10
Répteis	20	13
Roedores	12	-
Sirênios	2	2
Xenartros	4	-
TOTAL	627	106

PESQUISA E MONITORAMENTO



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

PESQUISA E MONITORAMENTO

Fomentar e gerar conhecimento para a conservação da biodiversidade e gestão de unidades de conservação, por meio da execução de pesquisas, para responder a demandas específicas, e por meio da geração contínua de informações sobre a biodiversidade, visando o monitoramento do seu estado de conservação.

Objetivos estratégicos relacionados

- Estimular o desenvolvimento de pesquisas;
- Criar condições para a realização de pesquisas nas UCs e Centros;
- Fomentar, ordenar, gerar e difundir informações e expertise para a conservação da biodiversidade e para a gestão das UCs;
- Assegurar a proteção e o monitoramento das UCs;
- Estimular o uso das UCs e Centros como espaços educacionais e de formação para a sociedade e para as instituições de ensino e pesquisa.

Ações e seus resultados

47

Chamada Interna de Projetos

Ciclo de planejamento das atividades de pesquisa:

Projetos aprovados em 2009, para execução em 2010

Em 2009 foi lançada uma chamada aberta de projetos de pesquisa para condução em 2010, disponível a todos os servidores, visando o fortalecimento da capacidade institucional de fazer pesquisa contando fortemente com a integração entre as unidades descentralizadas, sejam centros de pesquisa ou unidades de conservação. Os projetos foram avaliados por corpo de servidores com experiência em pesquisa, lotados em centros, unidades de conservação, e na sede do ICMBio.

Ao fim da avaliação da Chamada Interna de 2010, enquadram-se nos temas previstos 17 projetos dos centros nacionais de pesquisa e conservação e 26 projetos de unidades de conservação, para os quais foram aprovados, respectivamente, R\$ 777.253,05 e R\$ 539.240,82, num total de R\$1.316.493,87. No decorrer do ano, houve dois cancelamentos de projetos de UCs.

Projetos aprovados em 2010, para execução em 2011

Os trabalhos relacionados à Chamada Interna de Projetos para 2011 tiveram início em junho de 2010. Foi utilizada uma nova metodologia que envolve dois ciclos de avaliação e priorização dos projetos aprovados. Ao final foram aprovados 90 projetos, sendo 51 propostos por UCs e 39 por centros nacionais de pesquisa e conservação.

Projetos de pesquisa aprovados em 2010

Tipo de projeto	Número de projetos aprovados	
Eventos científicos e capacitação		8
Custo inferior a R\$ 15.000,00		13
Resex Ciriaco		55
Custo superior a R\$ 15.000,00	Pesquisa	14
	Monitoramento	90
TOTAL		90

Gestão da informação/disseminação do conhecimento

Acesso a bases bibliográficas

O acesso a bases bibliográficas é fundamental tanto à atividade científica como à adequada fundamentação teórica e factual da grande maioria de nossos procedimentos. O ICMBio tem acesso às bases *Springer* e *BioOne*, acessível a todos os servidores da instituição, em todas as unidades com serviço de internet.

48

Biodiversidade brasileira

Revista científica Biodiversidade Brasileira

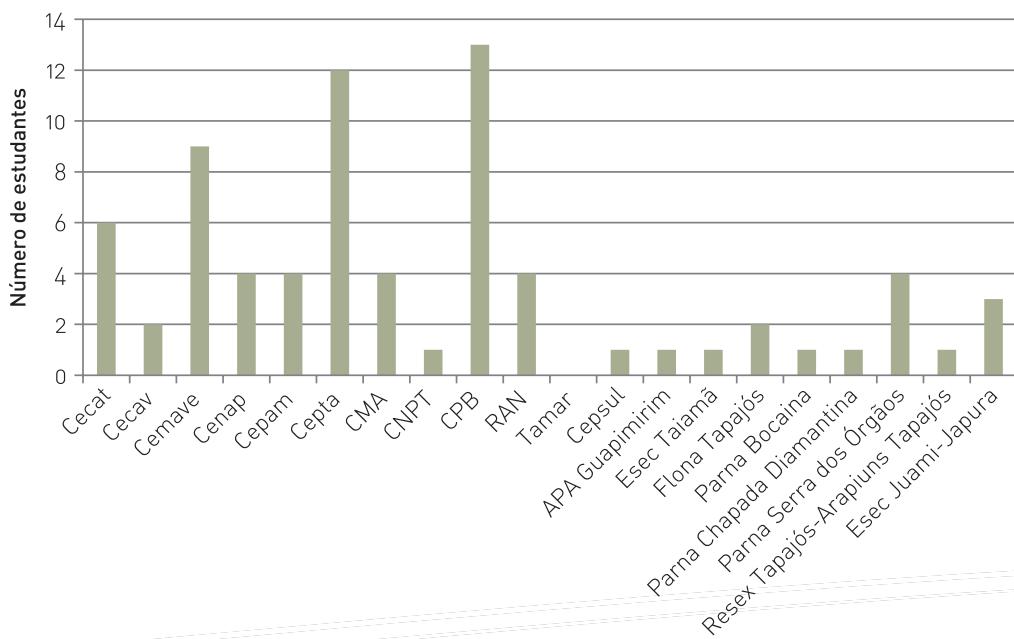
Dentro do programa de divulgação das informações científicas, criou-se a revista eletrônica Biodiversidade Brasileira. A publicação tem como temas centrais o estado de conservação das espécies da fauna brasileira, consolidados a partir do processo de revisão da lista de espécies ameaçadas da fauna brasileira; e as experiências em pesquisa e manejo, com ênfase nas áreas protegidas.

Capacitação

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

O Programa Pibic/ICMBio-CNPq começou em 2008, um ano após a criação do Instituto. Em três anos foi possível perceber crescente envolvimento das unidades do ICMBio. No primeiro ano foram recebidas 15 propostas. Em 2010 foram recebidas 45 propostas, oriundas de 17 unidades (10 centros de pesquisa e 7 unidades de conservação) – destas, apenas 6 não estavam enquadradas nos temas do edital e foram recusadas apesar dos projetos serem de boa qualidade científica.

Síntese dos resultados alcançados – número de estudantes em centros de pesquisa e unidades de conservação



Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica do ICMBio

Realizado entre 17 e 19 de agosto de 2010, no auditório do ICMBio em Brasília, o seminário contou com a participação de 118 pessoas. No total, foram inscritos e apresentados 70 resumos na forma de painel, sendo 19 Pibic. Complementando a programação, foram apresentadas 4 mesas redondas e 4 palestras.

Parcerias estabelecidas pela sede do Instituto para o financiamento de pesquisa

- Protocolo de cooperação com o CNPq - O protocolo é um pré-requisito para que o CNPq possa apoiar financeiramente os pesquisadores do ICMBio que, cada vez com mais freqüência, têm feito inscrições nos editais do Conselho em busca de apoio para seus projetos e pesquisas;
- Termo de Cooperação com a Capes – para acesso às bases de periódicos.

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio

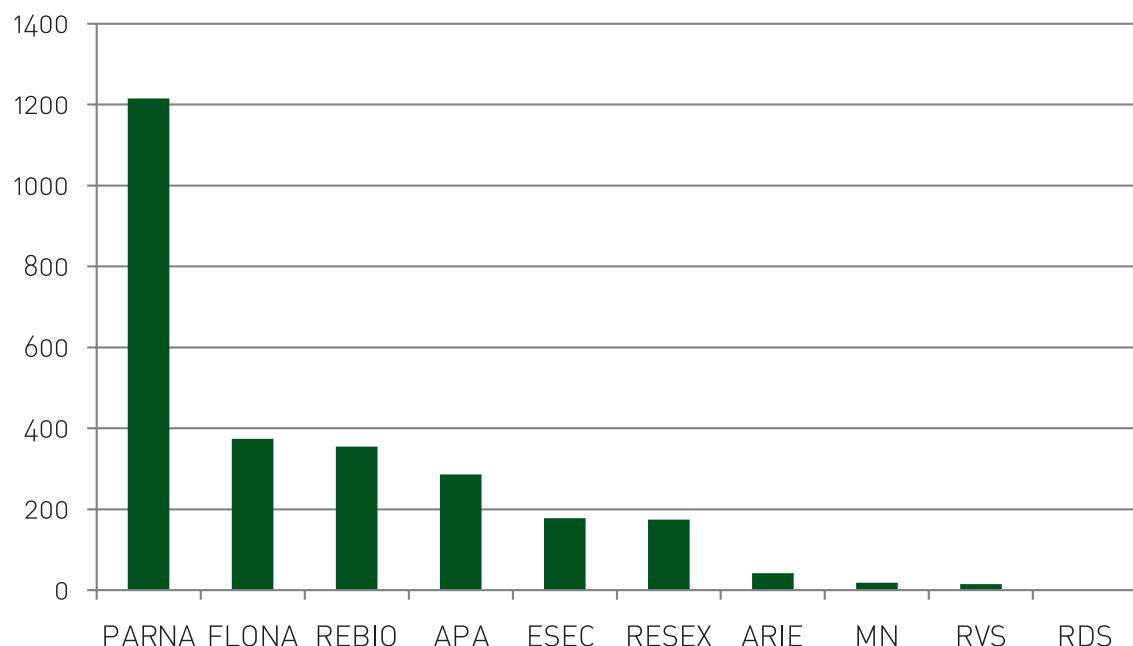
O Sisbio é um sistema de atendimento à distância que permite a pesquisadores solicitarem autorizações para coleta de material biológico e para a realização de pesquisa em unidades de conservação federais e cavernas. O sistema permite ao ICMBio realizar a gestão da informação resultante das pesquisas realizadas visando a conservação da biodiversidade,

por meio do recebimento de relatórios de atividades que integram a base de dados do Instituto sobre ocorrência e distribuição de espécies. A integração dos dados gerados pelos pesquisadores será relacionada a uma base cartográfica digital de qualidade, provendo, assim, mecanismos de difusão de informação sobre a biodiversidade nacional para a comunidade científica, tomadores de decisão, formuladores de políticas ambientais e educadores. Graças a seu formato automatizado, interativo e simplificado, o Sisbio melhorou significativamente o atendimento e a prestação de serviços junto aos pesquisadores.

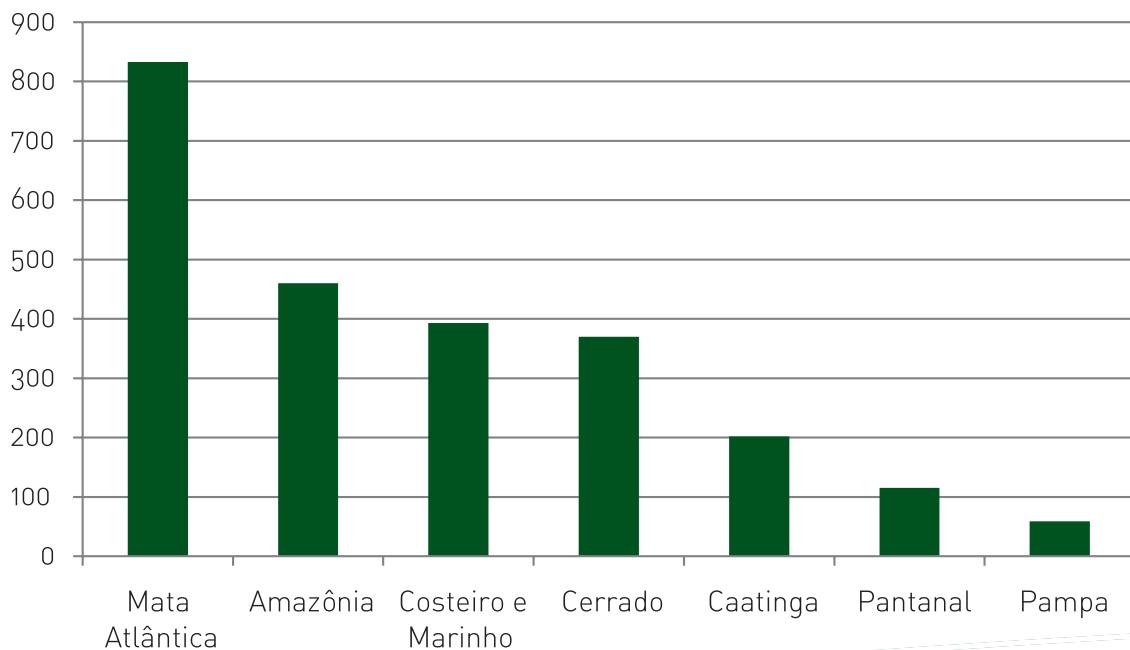
O Sisbio opera de forma descentralizada, dando celeridade à tramitação das solicitações de autorização. Todas as unidades consultadas durante a tramitação e análise de uma solicitação de autorização manifestam-se concomitantemente, dentro de prazos definidos, tendo à disposição o currículo do pesquisador, por meio de parceria com o CNPq, que disponibiliza a Plataforma Lattes.

Ao longo de 2010, foram concedidas, via Sisbio, 1.559 autorizações, 124 licenças permanentes e 365 comprovantes de registro voluntário para coleta de material botânico, fúngico e microbiológico. Dentre essas, 74% foram concedidas dentro do prazo de 60 dias, estipulado na instrução normativa que regulamenta a coleta, 70% foram para pesquisas em unidades de conservação federais, abrangendo 95% delas, e 26% tendo como foco espécies ameaçadas de extinção; 2.138 pesquisadores se cadastraram no sistema, sendo 2.097 brasileiros e 40 estrangeiros. Os grupos taxonômicos mais pesquisados foram mamíferos (18% das autorizações), plantas (17%) e invertebrados terrestres (15%). Os biomas mais pesquisados foram Mata Atlântica (833 autorizações), Amazônia (460), Costeiro Marinho (393) e Cerrado (370).

Nº de Autorizações X Categoria de UC

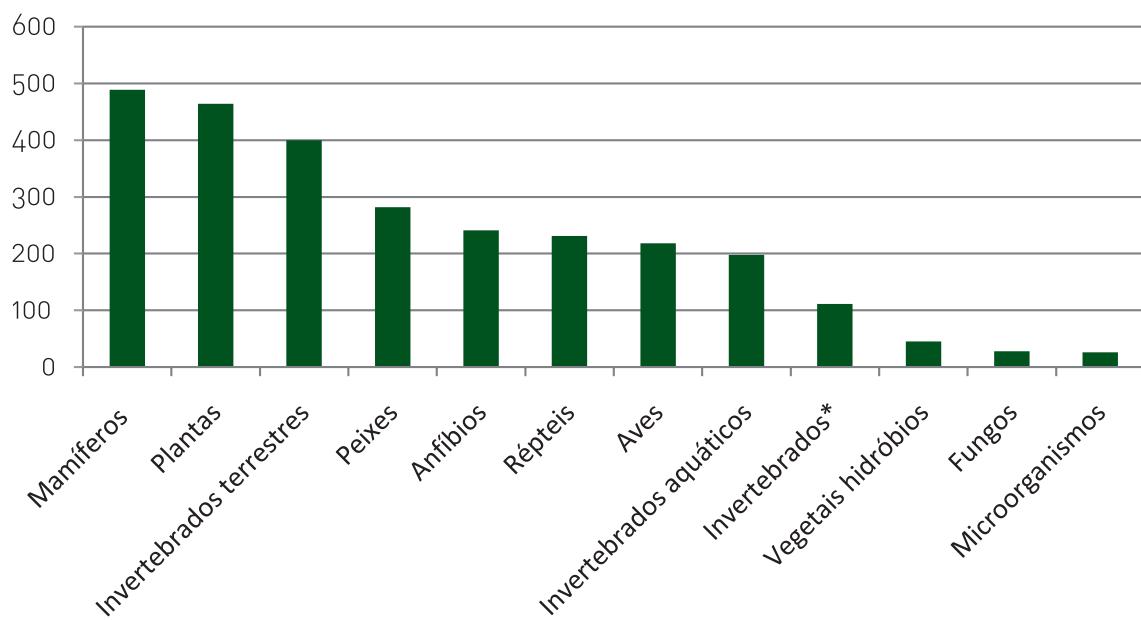


Nº de Autorizações X Bioma



51

Autorizações X Grupo Taxonômico



* Refere-se à classe Gastropoda, aos Filo Platyhelminthes e Nemata, e à ordem Isopoda, que são os grupos mais representativos com ocorrência tanto em ambientes terrestres quanto aquáticos.

Monitoramento de biomas

Monitoramentos permitem avaliar as respostas de populações ou ecossistemas de interesse especial às práticas de manejo e conservação, assim como aos impactos de fatores externos como perda de habitat, alterações da paisagem, mudanças climáticas, dentre outros. Além disso, programas de monitoramento podem dar suporte a processos de tomada de decisão, formulação de políticas públicas e ações de manejo com base em informação consistente sobre as populações, ecossistemas e suas tendências.

Para isso, faz-se necessário o aporte de recursos humanos qualificados e financeiros para coleta de séries temporais contínuas de dados. Portanto, a implantação de um programa de pesquisa associado a um sistema de monitoramento contínuo e de longo prazo é de extrema importância para o alcance da missão do ICMBio.

52 Neste contexto, em 2010 realizamos as seguintes atividades:

Bioma Marinho e Costeiro

O Programa de Monitoramento dos Recifes de Coral em Unidades de Conservação Federais com metodologia adaptada do protocolo global *Reef Check* vinha sendo coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e, desde 2009, conta com apoio do ICMBio para sua consecução em cinco UCs federais. Em 2010, foi realizado um *workshop* de planejamento para discutir a continuidade da execução do programa de forma efetiva pelo ICMBio. Logo em seguida, foi realizada a capacitação de alguns servidores do Instituto e expedição em duas UCs (Parque Nacional de Fernando de Noronha e Reserva Biológica do Atol das Rocas).

Esse programa permitirá o acompanhamento da gestão das UCs envolvidas em relação à saúde de seus ecossistemas recifais, assim como gerar alertas sobre os processos de branqueamento, um possível efeito da mudança climática global, e eventuais pressões de pesca.

Bioma Amazônico

Foram definidas as diretrizes e protocolos para a implementação do monitoramento da biodiversidade *in situ* da fase II do Programa Arpa (2010-2014). Nesse programa consta o monitoramento de três indicadores obrigatórios (plantas lenhosas, vertebrados terrestres e peixes) a ser iniciado nas unidades em Grau II de consolidação a partir da disponibilização do orçamento de 2011.

Biomas Caatinga e Cerrado

Foi elaborada a minuta do programa de monitoramento da biodiversidade em UCs federais da Caatinga, a ser avaliada e discutida em *workshop* conjunto com representantes das universidades, centros de pesquisa e conservação do ICMBio, unidades de conservação, Ibama e MMA.

Foram também desenvolvidas ações na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, com apoio do Programa PNUD, nos biomas Cerrado e Caatinga. Nesse projeto foram realizadas 10 expedições para inventariamento de fauna:

- 4 expedições para finalização de inventário e início de monitoramento de herpetofauna (lagartos, serpentes, quelônios, crocodilos e anfíbios) nas regiões do Parque Nacional das Sempre-Vivas, Estação Ecológica Pirapitinga e região do Boqueirão da Onça;
- 2 expedições para finalização de inventários de grandes carnívoros e avaliação de impactos da caça na região do Boqueirão da Onça;
- 4 expedições para inventário de peixes na bacia do Rio São Francisco. Essas expedições foram conduzidas no alto São Francisco (Parque Nacional da Serra da Canastra), médio São Francisco (região de Paracatu e Pirapora/MG) e baixo São Francisco (região de Penedo/AL).

Além dessas expedições, foi produzido um livro sobre as aves da bacia do Rio São Francisco, em fase de editoração gráfica para publicação em 2011, além de mapas de classificação e quantificação da vegetação ameaçada do cerrado e caatinga da bacia do São Francisco.

GESTÃO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E RECURSOS ESPECIAIS



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

GESTÃO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E RECURSOS ESPECIAIS

Promove a gestão dos recursos de compensação ambiental e sistematiza os recursos especiais, fontes externas ao Tesouro e que auxiliam na manutenção e sustentabilidade das unidades de conservação.

Objetivo estratégico relacionado

- Fazer cumprir obrigação de compensação ambiental e aplicar os recursos da forma mais efetiva para o cumprimento da missão.

A compensação ambiental é um mecanismo que visa contrabalançar os impactos sofridos pelo meio ambiente, identificados no processo de licenciamento ambiental no momento da implantação de empreendimentos. Os recursos da compensação ambiental são destinados à implantação e regularização fundiária de unidades de conservação, sejam elas federais estaduais ou municipais.

A compensação ambiental foi instituída pela Lei nº 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, e é aplicada a empreendedores privados e públicos e corresponde a 0,5% do valor da obra, podendo chegar a 1,1% caso o empreendimento esteja localizado em áreas em que se localizem espécies ameaçadas ou esteja a menos de 5 km de unidades de conservação de proteção integral.

A avaliação do grau de impacto ambiental dos empreendimentos é feita a partir de estudos solicitados pela Câmara de Proteção da Biodiversidade - CPB.

55

Recursos de compensação ambiental executados em 2010 (R\$)

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	2009	2010
Implementação da UC	1.423.749,25	4.385.310,56
Elaboração do Plano de Manejo	267.336,74	26.829,00
Regularização fundiária	179.999,92	1.419.051,00
TOTAL	1.871.085,91	5.831.190,56

Recursos de compensação ambiental disponíveis em 31/12/2010 (R\$)

DESTINAÇÃO	RECURSOS
Implementação de UC	46.673.044,71
Criação de UC	1.198.044,50
Projetos e Pesquisa em UC	6.667.500,00
Elaboração de Plano de Manejo	7.566.044,03
Proteção de UC	483.333,33
Regularização Fundiária	46.756.053,23
Monitoramento	284.888,50
Sem destinação	5.882.656,24
Rentabilidade	6.800.405,60
Recursos provisionados	6.053.446,72
TOTAL	128.365.416,86

GESTÃO DE PESSOAS



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

GESTÃO DE PESSOAS

Desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do ICMBio, visando agregar, aplicar, avaliar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar o capital humano por meio de ações éticas e responsáveis orientadas para resultados.

Objetivos estratégicos relacionados

- Aprimorar e modernizar a administração de pessoal;
- Consolidar as políticas de formação continuada para os servidores e de gestão de pessoas do Instituto;
- Melhorar a qualidade de vida dos servidores;
- Incrementar o quadro de pessoal de forma a garantir a consolidação, sustentabilidade e o desenvolvimento do ICMBio.

Capacitação

Logo após a criação do ICMBio, em 2007, uma das inovações direcionadas à gestão do Instituto foi a decisão de investir fortemente na qualificação do quadro de servidores, não apenas para cumprir as diretrizes e metas do Governo Federal, mas sobretudo para transformar o ICMBio num centro de excelência na gestão e manejo da biodiversidade, focado em áreas protegidas, espécies ameaçadas e desenvolvimento socioambiental voltado às populações tradicionais. Para isso, o ICMBio estabeleceu uma postura de fortalecimento organizacional, orientada pelo planejamento estratégico e pela nova gestão por resultados.

57

Academia Nacional da Biodiversidade - ACADEBio

Uma grande conquista institucional e destaque na formação de servidores foi a criação da Academia Nacional da Biodiversidade – ACADEBio.



Academia Nacional da Biodiversidade - ACADEBio

Inaugurada em 8 de setembro de 2009, a ACADEBio é um espaço destinado à promoção da conservação da biodiversidade por meio da construção do conhecimento pelo processo de ensino e aprendizagem. Sua implantação ocorreu em continuidade a ação estratégica da direção do ICMBio no sentido de propiciar ao quadro de servidores formação e capacitação continuada de acordo com as diretrizes institucionais, numa estrutura própria e adequada.

Esse espaço consolida a estratégia institucional da formação. Desde sua fundação, cerca de dois mil servidores já passaram por ele em cursos de formação ou de atualização e em eventos de planejamento.

Suas instalações compõem-se de dois prédios que totalizam cerca de 10.000 m² e abrigam as atividades principais dos treinamentos, capacitação e hospedagem.

Plano de Capacitação 2010 - PAC

A Portaria nº 251, de 28 de maio de 2010, instituiu o Plano de Capacitação para o exercício de 2010, trabalho feito com envolvimento e participação das diversas áreas do Instituto que constituem o Comitê de Capacitação. O plano foi executado na íntegra com a realização de 123 cursos, 156 processos de capacitação avulsos, gerando 4.185 vagas para capacitações e 3.882 capacitados, tornando-se assim um marco para a instituição.

Quantitativo de capacitados em 2010

Categoria	Vagas de Capacitação	Capacitados
Servidores	986	687
Contratados/Terceirizados	36	35
Brigadistas	3.072	3.072
Estagiários	55	52
Outros órgãos	36	36
Total	4.185	3.882

Do total de 3.882 capacitados em 2010, 992 o foram em cursos realizados na Acadebio.

Nomeação de novos analista ambientais

O Edital nº 1 – ICMBio, de 21 de outubro de 2008, tornou pública a realização de concurso público para provimento de vagas no cargo de Analista Ambiental do ICMBio.

No total, foram convocados 293 candidatos do concurso público ICMBio/2008, sendo 118 nomeados em 2010.

ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fazer a gestão de recursos logísticos e tecnológicos de modo integrado e estratégico, otimizando assim o seu uso.

Objetivos estratégicos relacionados

- Estruturar e implementar sistemas de informação para assegurar a integração dos dados e a disponibilização das informações;
- Otimizar os processos administrativos e logísticos;
- Prover o Instituto com infraestrutura e serviços adequados.

Aquisições

Foi realizada, em 2010, Ata de Registro de Preço para aquisição de até 150 conjuntos de Blocos de Módulos Metálicos Habitáveis – BMMH. Num primeiro momento, foram adquiridos 16 conjuntos com recursos específicos para unidades do eixo da BR-319, que serão instalados em bases terrestres e flutuantes nos parques nacionais do Mapinguari e das Nascentes do Lago Jari, na Estação Ecológica do Cuniã, na Reserva Biológica de Abufari, nas florestas nacionais do Iquiri, de Balata-Tufari e de Humaitá, nas reservas extrativistas do Médio-Purus, de Ituxi, do Cuniã e do Lago Capanã Grande.

61

O projeto de uma solução de estruturas para unidades de conservação na Amazônia Legal foi desenvolvido pelo ICMBio em conjunto com o Programa Arpa – Áreas Protegidas da Amazônia e a GIZ – Agência de Cooperação Técnica Alemã, e chegou-se à conclusão de que o ideal seriam estruturas modulares na forma de contêineres.

Os Blocos de Módulos Metálicos Habitáveis (página 62) podem ser deslocados conforme a necessidade de seu emprego em áreas de pressão ambiental. A facilidade de instalação dos blocos permite a implantação de unidades operacionais sem a necessidade de construir edificações, que, além dos custos com aquisição de terreno e obras, não atendem de forma eficaz às necessidades do ICMBio pois, dependendo da missão, necessitam de estrutura habitável para realizá-la.

Em 2010 realizou-se também locação de imóveis para acomodar sedes administrativas de 13 unidades de conservação e um centro de pesquisa, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das atividades administrativas e logísticas dessas unidades.



Modelo da sede da base terrestre



Vista interna do protótipo

Outras aquisições ocorridas no exercício foram:

- 2 embarcações para a Rebio do Arvoredo (SC);
- automóveis e viaturas especiais para combate a incêndios florestais, apoio logístico às UCs e transporte de servidores nas ações de proteção e fiscalização desenvolvidas pelo ICMBio (38 caminhonetes, 1 caminhão, 2 Agrales Marruá e 45 veículos de passeio);
- equipamentos de informática para substituir os já obsoletos (220 projetores *data show*, 200 impressoras multifuncionais, 700 computadores *desktop*, 109 *notebooks*, 650 estabilizadores e 500 *no-breaks*);
- materiais e equipamentos essenciais às atividades de fiscalização e proteção, tais como munição para treinamento, coletes, barracas de campanha etc;
- 300 aparelhos de GPS, 156 binóculos, 700 aparelhos telefônicos e 340 câmeras fotográficas;
- mobília ergonômica, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no intuito de proporcionar condições salubres aos colaboradores do Instituto (523 estações de trabalho, 1.700 cadeiras de escritório, 3 mil cadeiras plásticas, 336 mesas de reunião, 828 armários, 465 mesas retas com gavetas, 210 cofres e 519 gaveteiros).

Dentre as contratações ocorridas em 2010, destacam-se:

- empresa para fornecimento de alimentação, visando o fornecimento de refeições acondicionadas e de produtos alimentícios para consumo nas unidades de conservação e em operações externas (expedições e atividades de fiscalização e combate a incêndios florestais);
- empresa de monitoração, acompanhamento, controle e gestão de veículos oficiais ou que prestam serviços ao ICMBio, em todo o território nacional, com fornecimento, instalação e manutenção de todos os equipamentos necessários para localização e comunicação móvel por satélite (GSM/GPRS/Satelital), a fim de aumentar a capacidade de tomada de decisão em operações de fiscalização e de localizar e ajudar os colaboradores em situação de risco;
- locação de aviões para auxiliar nas atividades de monitoramento, fiscalização e combate a incêndios florestais nos estados da Bahia, do Tocantins e Mato Grosso;
- empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial em âmbito nacional, visando corrigir diversos sistemas prediais nas instalações do ICMBio e garantir condições de conforto ambiental, qualidade do ar, higiene e segurança para a continuidade das atividades do Instituto;
- empresa que presta serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura para futuras execuções de obras e reformas em imóveis do ICMBio;
- empresa de serviços gráficos para auxiliar na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental.

Tecnologia da Informação

Considerando a conclusão de procedimentos licitatórios que permitiram a contratação de empresas de tecnologia da informação, percorremos o ano de 2010 dedicando esforços no desenvolvimento de *softwares* que garantirão a modernização de processos no ICMBio.

O Comitê de Tecnologia da Informação, formado por representantes de todos os macroprocessos do Instituto, elencou as demandas prioritárias para desenvolvimento de sistemas; e já foram iniciadas as especificações das estruturas de dados e regras de negócio, pré-requisitos para o desenho de uma “fábrica de software”.

Estão previstos nos contratos:

- **Sistema CANIE** - vai controlar o Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas das cavidades naturais subterrâneas, mantendo informações sobre fauna, flora, afluentes, tipos de solos, rochas e demais formações que existam no interior e regiões circunvizinhas;
- **Sistema da Compensação Ambiental** - permitirá o controle e acompanhamento da execução da compensação ambiental, o acompanhamento da licença ambiental, das aquisições de materiais e serviços para as unidades com essa fonte de recursos, manterá informações dos empreendedores e dos instrumentos da compensação, prevendo-se integração com o Sislic (Sistema de Licenciamento Ambiental Federal) do Ibama e CNUC (Cadastro Nacional das Unidades de Conservação) do MMA;
- **Sistema de Autos de Infração** - a ser disponibilizado à todos os fiscais para o gerenciamento das atividades de controle estrito no processo de auto de infração e notificações e seu acompanhamento, subsidiando ainda as ações de cobrança das multas aplicadas pelo setor competente e o acompanhamento das áreas embargadas e bens apreendidos;
- **Sistema de Arrecadação** - visa o controle da arrecadação do ICMBio que provém de diversas fontes, em substituição ao uso do Sicafi que não se adequa à estrutura do ICMBio. Estará diretamente integrado ao sistema de autos de infração;
- **Sistema de Consolidação Territorial** - permitirá o gerenciamento das informações da situação de regularização fundiária e consolidação de limites das unidades, e, ainda, o acompanhamento da demarcação e sinalização das UCs, a inserção de diagnósticos preliminares das unidades e de dados relativos as populações residentes, o controle dos processos de aquisição de terras e benfeitorias, dos processos de incorporação de terras de domínio público, dos processos de reassentamento de populações tradicionais, além de manter histórico com informações georreferenciados da evolução da situação fundiária de cada UC;
- **Sistema de Gestão de Pessoas** - possibilitará a inclusão, alteração e consulta de documentos, o controle de folha de ponto eletrônico, a atualização e as consultas de dados *on-line*, a adoção de fluxo eletrônico nos procedimentos de marcação e remarcação de férias, avaliação de GDAEM, avaliação de estágio probatório, requerimentos de licença, o encaminhamento de portarias para publicação no Boletim de Serviço, a administração eletrônica das contratações de estagiários e brigadistas, entre outras funcionalidades;
- **Sistema de Controle de Acesso** - implementação de sistema de segurança para controle de acesso com senha única para todos os sistemas do ICMBio, permitindo administração de perfis, funcionalidades e usuários. Será adotada o mecanismo de certificação digital em que

todos os servidores do ICMBio terão um *token* de identificação digital para ter acesso aos sistemas e assinar eletronicamente documentos;

- **Modernização do portal do ICMBio** - reformulação visando novo design, novas formas de acesso, acréscimo e atualização de conteúdo e inclusão de ferramentas vinculadas às redes sociais;
- **Nova Intranet** - com maior segurança, novo *layout*, atualização e reforço de conteúdo a nova intranet seguirá a atual estrutura organizacional do ICMBio para o acesso fácil de todos os servidores aos documentos de interesse interno e às informações gerenciais;
- **Sistema de banco de imagens do ICMBio** - acessível à toda a população via acesso web, possibilitará aos servidores incluir imagens das unidades, garantindo direitos autorais ao fotógrafo e/ou ao ICMBio;
- **Criação da Revista Eletrônica** - já disponível por meio do endereço <https://www2.icmbio.gov.br/revistaelectronica/>;
- **Customização do sistema e-CAR** - para acompanhamento de indicadores e metas no sistema de controle, acompanhamento e avaliação de projetos;
- **Sistema de autorização para o licenciamento ambiental** - visa atender as necessidades de gestão de impacto ambiental sobre as unidades de conservação federais, permitindo acompanhamento processual eletrônico, análise dos técnicos, emissão de pareceres e autorizações;
- **Modernização e customização do Sisbio** - o sistema sofrerá manutenção evolutiva para adequação dos módulos e desenvolvimento de novas funcionalidades;
- **Aprimoramento do SGDOC** - O Sistema de Gestão Documental do ICMBio avança para sua próxima etapa, permitindo que todos os documentos e processos que circulam internamente tramitem de forma eletrônica e as assinaturas sejam realizadas por meio de instrumentos de segurança e certificação digital;
- **Sistema de taxonomia** - visa informatizar o processo de avaliação da conservação da biodiversidade brasileira pela manutenção de um catálogo com nome das espécies, incluindo nomes científicos, sinônimos e comuns, com sua classificação taxonômica, permitindo inclusão de informações relativas a distribuição, biologia, ecologia e conservação dos táxon, a geração de mapas com distribuição das espécies a partir de informações georreferenciadas;
- **Sistema de Controle Orçamentário e de Contratos** - viabilizará o controle informatizado de todos os contratos firmados pelo ICMBio, bem como melhorias no acompanhamento de custos de manutenção de cada uma das unidades do Instituto.

Todos os sistemas serão integrados e se comunicarão entre si, para que se alcance melhor aproveitamento de informações e se evite duplicidade de dados. Vão se basear em plataforma web para que todas as unidades do ICMBio possam acessá-los.

Centro de Documentação

No ano de 2010, com a implantação de uma nova versão do Sistema Gerenciador de Documentos e Processos - SGDOC, 462 usuários em 222 unidades do Instituto passaram a ter acesso ao sistema, podendo acompanhar a tramitação dos documentos e seus anexos. A medida colabora para a racionalização da gestão documental do Instituto, visando maior controle da documentação e agilidade na recuperação da informação, e no desenvolvimento de atribuições pelo usuário, além de reduzir o uso de papel.

FINANÇAS E ARRECADAÇÃO



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

FINANÇAS E ARRECADAÇÃO

Promove a operacionalização dos recursos do Orçamento Geral da União, tanto as fontes de receita quanto os recursos de despesa.

Objetivo estratégico relacionado

- Ampliar os recursos orçamentários e financeiros e otimizar sua utilização.

Arrecadação

No exercício de 2010, os recursos com as receitas realizadas totalizaram R\$ 36.808.452,56, superando em 92,78% o resultado de 2008 e em 5,37% o resultado de 2009.

Arrecadação própria (R\$)

MÊS	2008	2009	2010
Janeiro	-	1.692.088,13	4.452.493,26
Fevereiro	1.204.983,13	1.824.138,65	3.957.696,38
Março	957.767,90	1.766.773,27	4.418.175,06
Abril	869.286,97	1.583.623,95	2.696.408,65
Maio	3.033.537,06	1.421.982,49	1.874.015,03
Junho	1.541.958,39	1.578.179,42	2.234.359,49
Julho	783.738,36	1.888.241,75	2.994.204,70
Agosto	3.035.729,92	1.932.726,25	2.943.250,07
Setembro	2.248.709,80	3.214.541,95	2.751.659,64
Outubro	2.292.688,43	4.292.508,39	2.632.627,51
Novembro	1.470.474,14	11.367.868,83	2.798.137,21
Dezembro	1.654.832,01	2.369.997,76	3.055.425,56
TOTAL	19.093.706,11	34.932.670,84	36.808.452,56

67

As principais receitas realizadas no exercício de 2010 foram Arrendamentos, Licenciamento/Autorizações e Serviços/Visitação-Ingressos, que representam quase a totalidade da arrecadação do período.

Comparativo das principais receitas (R\$)

RECEITA	2009	2010	Variação
Arrendamentos	7.791.716,75	10.272.898,15	31,84%
Licenciamento/Autorizações ¹	10.673.427,25	5.788.924,51	- 45,76%
Serviços/Visitação-Ingressos ²	15.656.645,70	19.833.989,00	26,69%

¹ Se comparado ao exercício anterior, o índice negativo de variação financeira da receita Licenciamento/Autorizações justifica-se pelo recolhimento excepcional decorrente de autorizações para supressão de vegetação realizada pelas mineradoras Mineração Rio do Norte e Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$ 10.318.859,89, somente essas duas, sobre o total de recolhimentos no exercício 2009.

² Destaca-se o reflexo positivo da receita de Serviços de Visitação e Ingressos decorrente do aumento de visitantes e dos preços estabelecidos pela Portaria nº 366/2009.

PLANEJAMENTO OPERACIONAL E ORÇAMENTO



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

PANEJAMENTO OPERACIONAL E ORÇAMENTO

Promove a modernização administrativa, propondo ferramentas e metodologias para ampliar a efetividade da gestão institucional.

Objetivos estratégicos relacionados

- Consolidar a gestão estratégica e a gestão por processos orientada para resultados;
- Ampliar os recursos orçamentários e financeiros e otimizar sua utilização;
- Envolver a sociedade na conservação da biodiversidade.

Planejamento estratégico

Em junho de 2010 teve início a segunda fase do planejamento estratégico do ICMBio. Essa fase, feita em parceria com o Núcleo para Excelência em Unidades de Conservação – NEXUCS, visa dar continuidade ao trabalho de modelagem organizacional iniciado em 2007. Os objetivos a serem alcançados nessa segunda fase do planejamento estratégico são:

- Construção dos resultados: envolve a análise crítica e atualização da missão e do mapa estratégico do Instituto e o seu desdobramento junto aos macroprocessos;
- Desdobramento e consolidação dos resultados: visa o compartilhamento dos resultados estratégicos com os centros de pesquisa, coordenações regionais e unidades de conservação;
- Tutoria e acompanhamento: assessoria à implementação de rotinas de monitoramento e avaliação do desempenho institucional.

69

A ferramenta adotada no planejamento estratégico do ICMBio foi a *Balanced Scorecard* (BSC), uma metodologia de medição e gestão de desempenho baseada em indicadores de resultados e metas.

Na primeira etapa dessa segunda fase, concluída em 2010, decidiu-se manter a redação da missão do Instituto, que foi considerada adequada e válida para representar o propósito da Instituição.

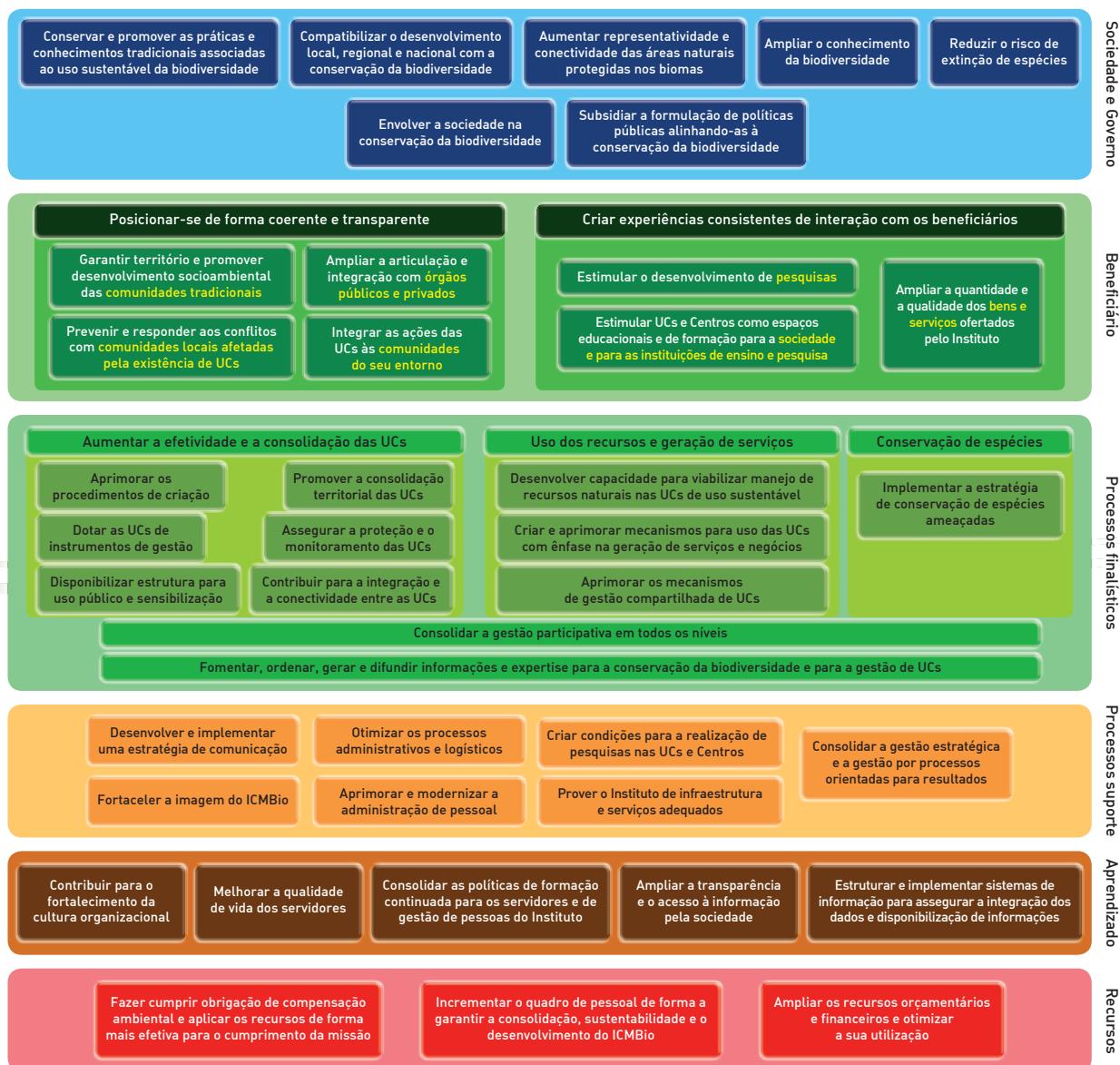
Missão do ICMBio

Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.

O mapa estratégico do Instituto foi revisado e constituirá a base para as etapas seguintes da modelagem dos resultados.

Além disso, elaborou-se para cada macroprocesso um conjunto de indicadores e metas (*scorecard*) desenvolvido a partir dos objetivos estratégicos constantes do mapa.

MAPA ESTRATÉGICO ICMBio



Orçamento

O nível de execução orçamentária foi prejudicado pelo baixo limite de empenho disponibilizado para o Instituto em decorrência dos contingenciamentos sofridos no orçamento do exercício de 2010. Nos primeiros meses do ano, o contingenciamento chegou a quase 45% sobre o valor total da lei, o que levou o ICMBio a priorizar demandas contratuais básicas para o funcionamento das unidades.

A tabela abaixo traz um demonstrativo geral do orçamento recebido, limite e valor executado em 2010.

Execução orçamentária em 2010

Exercício 2010	Orçamento	Limite Recebido	Executado	% Exe/Lim
Custeio	197.613.237	156.364.248	155.692.266	99,28
Investimento	23.033.779	14.232.495	14.201.400	92,65
TOTAL	220.647.016	170.596.743	169.893.666	98,69

AUTORIZAÇÃO PARA LICENCIAMENTO



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

AUTORIZAÇÃO PARA LICENCIAMENTO

Estabelecer e condicionar o controle do poder público às atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, conforme a legislação vigente.

Objetivo estratégico relacionado

- Compatibilizar o desenvolvimento local, regional e nacional com a conservação da biodiversidade.

No exercício de 2010, o Instituto Chico Mendes emitiu 735 autorizações para o licenciamento ambiental, contemplando a sede e suas coordenações regionais, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Unidades emissoras de autorizações	Nº de autorizações emitidas em 2010	
Sede – Brasília/DF	20	
Coordenação Regional 1 - Porto Velho/RO	80	73
Coordenação Regional 2 - Manaus/AM	38	
Coordenação Regional 3 - Itaituba/PA	4	
Coordenação Regional 4 - Belém/PA	110	
Coordenação Regional 5 - Parnaíba/PI	25	
Coordenação Regional 6 - Cabedelo/PB	30	
Coordenação Regional 7 - Porto Seguro/BA	21	
Coordenação Regional 8 - Rio de Janeiro/RJ	219	
Coordenação Regional 9 - Florianópolis/SC	139	
Coordenação Regional 10 - Chapada dos Guimarães/MT	4	
Coordenação Regional 11 - Lagoa Santa/MG	45	
TOTAL DE AUTORIZAÇÕES EMITIDAS	735	

SUporte COorporativo



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

SUPORTE COORPORATIVO

Objetivos estratégicos relacionados

- Desenvolver e implementar a estratégia de comunicação;
- Ampliar a transparência do órgão e o acesso à informação pela sociedade.

No exercício de 2010, continuou-se o relacionamento com a Coordenação de Ouvidoria do Ibama que, por conseguinte, encaminhou ao ICMBio as manifestações afetas às unidades de conservação e centros especializados recebidas pelo meio informatizado Sistema Linha Verde – Sisliv daquela Autarquia.

Além da ouvidoria do Ibama, o ICMBio recebeu também manifestações de outros entes da Administração pública, tais como Ministério do Meio Ambiente, Controladoria Geral da União, Polícia Federal, Ministério Público, Presidência da República, entre outros.

Em 2010, foram recebidas no ICMBio um total de 273 manifestações, sendo que apenas 87 (cerca de 32%) foram da alçada desse Instituto. As demais 186, oriundas do Sistema Sisliv, tratavam de questões pertinentes a unidades de conservação e/ou órgãos/entidades de esferas municipais ou estaduais.

Dessa forma, na tabela abaixo constam as manifestações encaminhadas em 2010, afetas ao ICMBio:

Manifestações	Quantidade	%
Denúncias	79	28,93
Esclarecimentos	4	1,47
Informações	7	2,56
Solicitações	80	29,30
Reclamações	100	36,63
Elogios	3	1,11
TOTAL	273	100

COMUNICAÇÃO SOCIAL



Instituto Chico Mendes
de Conservação
da Biodiversidade

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Garantir a difusão da informação para a sociedade no que se refere às atribuições do Instituto Chico Mendes, contribuir para a construção e a consolidação da imagem da autarquia e promover o fluxo de informação no âmbito interno e externo da instituição.

Objetivos estratégicos relacionados

- Propor, coordenar e avaliar o planejamento, a criação e a execução de ações de comunicação social necessárias à execução da missão institucional do Instituto;
- Desenvolver ações de comunicação interna;
- Divulgar ações de comunicação que ampliem a percepção de realizações do Instituto Chico Mendes;
- Desenvolver ações de comunicação para o reconhecimento e fortalecimento da marca.

Comunicação interna

O boletim virtual ICMBio em Foco completou três anos de existência em 2010, reforçando o fluxo de comunicação interna. Durante o ano foram editados 36 boletins, que alcançaram o número 127 em dezembro.

77

Site

A segunda versão do site do ICMBio foi lançada no dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente. Além de incluir informações gerais do ICMBio e administrar o módulo de notícias, a Ascom assessorou as diretorias e unidades descentralizadas na inserção de suas informações. Em dezembro, foi iniciado o processo de elaboração do novo Portal do Instituto Chico Mendes. Antes mesmo do encerramento do ano, o desenvolvimento do protótipo (*wireframe*) do portal foi concluído.

Assessoria de imprensa

Além do atendimento às demandas regulares de jornais, rádios, TVs e sites de notícia, a Assessoria de Comunicação Social atuou de forma proativa, pautando a imprensa com vários ações do ICMBio.

Durante os meses de agosto e setembro, deu atenção especial ao assessoramento à jornalistas de órgãos de imprensa do Brasil e do exterior que fizeram a cobertura de incêndios em várias unidades de conservação, em especial no Parque Nacional de Brasília e Serra da Canastra, para onde foi, inclusive, deslocado um assessor.

Em outubro, a Assessoria de Imprensa acompanhou a translocação de peixes-bois entre a sede nacional do Centro de Mamíferos Aquáticos, em Itamaracá, Pernambuco, e a base do projeto na Área de Proteção Ambiental do Rio Mamanguape, no litoral da Paraíba. O assunto ocupou grande espaço na imprensa regional.

Em dezembro, a Assessoria cuidou de divulgar na mídia a inauguração do oceanário do CMA, que marcou as comemoração dos 30 anos do Projeto Peixe-Boi, em Itamaracá. A Assessoria prestou ainda auxílio na divulgação do evento Festival Manguezais do Brasil e respectivo concurso fotográfico.

Parcerias

A Ascom viabilizou em 2010 importantes parcerias. A principal delas foi com o Instituto Paula Saldanha, que resultou no projeto Biodiversidade. O projeto prevê o lançamento, em 2011, de três importantes produtos de divulgação do Instituto, que serão financiados por patrocinadores sem qualquer custo para o governo: 1) Programa semanal na TV Brasil, a TV pública brasileira, sobre as ações do ICMBio em defesa da biodiversidade. O programa será apresentado pela jornalista Paula Saldanha. A iniciativa é inédita na comunicação pública brasileira; 2) Portal na Internet onde as pessoas poderão assistir aos programas já exibidos na TV e obter mais informações sobre os assuntos abordados; e 3) Centros de Difusão da Biodiversidade em Unidades de Conservação. Os centros funcionarão como espaços de promoção da rica diversidade biológica brasileira e das ações de proteção ambiental realizadas pelo Instituto Chico Mendes em todo o país. Neles, os visitantes poderão ter acesso a todo o acervo televisivo acumulado pelo Instituto Paula Saldanha nos seus 30 anos de existência. O termo de reciprocidade foi assinado durante a solenidade em comemoração ao aniversário do ICMBio, no final de agosto, no Parque Nacional de Brasília. Antes, ainda no primeiro semestre, foi assinado termo de reciprocidade com a Revista Terra da Gente e a Vale. Pelo acordo, a revista veiculou nas suas edições de outubro, novembro e dezembro três diferentes encartes com um panorama geral das atividades desenvolvidas pelo Instituto Chico Mendes. Além disso, a parceria renderá a produção de um DVD institucional, a ser lançado em 2011.

Produção de material institucional

Além de *banners*, convites para eventos, placas, certificados e cartões comemorativos, a Ascom produziu:

- calendário de mesa 2011, sobre espécies ameaçadas de extinção e alvo de esforço de conservação por centros de pesquisa, conservação e manejo do ICMBio e por Planos de Ação Nacionais.
- cartazes da Floresta Nacional de Silvânia e dos parques nacionais Montanhas do Tumucumaque e Chapada Diamantina;
- cartilhas dos parques nacionais da Chapada dos Veadeiros e do Jaú;
- *folder* do Cemave e do Relatório de Gestão 2009;
- proposta de marca da Floresta Nacional do Jamari e selo do Parque Nacional Chapada Diamantina;
- *outdoor* da Floresta Nacional de Brasília;
- publicação Legislação Ambiental – Volume 2, Manual de Gestão Ambiental – SGDOC e Relatório de Gestão 2009,
- conjunto de postais para o evento do Comitê do Patrimônio Mundial.

79

Outras ações

- organização do evento Oportunidades de Negócios em Parques Nacionais, no Rio de Janeiro;
- realização da campanha nacional interna Mão Estendida, para recolher doações às vítimas das chuvas em Alagoas e Pernambuco;
- atendimento ao público externo e interno em questões da área de comunicação social;
- participação no Grupo de Trabalho da Coleta Seletiva;
- início do processo de editoração da publicação Noronha + 20 – Programa de sustentabilidade para o arquipélago de Fernando de Noronha, Uma construção participativa.



www.icmbio.gov.br



Ministério do
Meio Ambiente

